

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA AMÉRICA
LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE BRASIL E COLÔMBIA**

ANDRESSA LIEGI VIEIRA COSTA

Porto Alegre

2017

Andressa Liegi Vieira Costa

**CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA AMÉRICA
LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE BRASIL E COLÔMBIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. César Marcello Baquero Jacome.

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira Costa, Andressa Liegi
CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
NA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE BRASIL E
COLÔMBIA / Andressa Liegi Vieira Costa. -- 2017.
92 f.
Orientador: Cesar Marcello Baquero Jacome.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Cultura Política. 2. Capital Social. 3.
Participação Política. 4. Brasil. 5. Colômbia. I.
Baquero Jacome, Cesar Marcello, orient. II. Título.

Andressa Liegi Vieira Costa

**CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA AMÉRICA
LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE BRASIL E COLÔMBIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Aprovado em 16 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Henrique Carlos de O. de Castro - UFRGS

Profa. Sonia Maria Ranincheski - UFRGS

Prof. César Marcello Baquero Jacome - UFRGS (orientador)

RESUMO

A América Latina é uma região que ainda enfrenta diversos problemas sociais e econômicos, e a desigualdade social, somada ao fato de que o Estado não consegue resolver conflitos pela via institucional e democrática, levam ao descontentamento e insatisfação generalizados com a política e a democracia por parte da sociedade. Neste contexto, encontram-se Brasil e Colômbia, países que, apesar de passados históricos distintos, apresentam, em comum, culturas políticas apáticas, marcadas pelo ceticismo político, com desconfiança institucional, falta de capital social e baixa participação política. Visto a importância da participação dos cidadãos para o bom funcionamento e fortalecimento da democracia, este trabalho busca compreender como a cultura política e o capital social se relacionam com os padrões de participação política nos dois países. Para isso, primeiramente, é realizado um estudo histórico dos dois países visando compreender as características centrais de cada cultura política. Em seguida, utiliza-se o banco de dados do Latinobarômetro de 2015 para observar, empiricamente, como se manifesta a cultura política, o capital social, e a participação política do Brasil e da Colômbia, os situando dentro do contexto latino-americano.

Palavras-chave: Cultura Política; Capital Social; Participação Política; Brasil; Colômbia; América Latina.

ABSTRACT

Latin America is a region that still faces a range of social and economic problems, and the social inequality, in addition to the fact that the State is incapable of solving conflicts by institutional and democratic ways, lead to general discontent and dissatisfaction with politics and democracy by the society. In this context, we find Brazil and Colombia, countries that, even with different historical backgrounds, present common apathetic political cultures, marked by political skepticism, institutional distrust, a lack of social capital and low levels of political participation. Seeing citizen participation's importance to a democracy to work and be strengthened, this paper aims to understand how political culture and social capital relate to political participation patterns in both countries. First, we make a historical study on both countries aiming to understand the main features of each political culture. After that, we use 2015's Latinobarometer database to observe empirically how political culture, social capital and political participation are expressed in Brazil and Colombia, always locating them on Latin America context.

Keywords: Political Culture; Social Capital; Political Participation; Brazil; Colombia; Latin America.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Operacionalização das variáveis 15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Religião (%)	61
Tabela 2 - Compreensão da política: “Qual afirmação está mais próxima da sua forma de pensar?”	66
Tabela 3 - Apoio à democracia: “Com qual das seguintes afirmações você está mais de acordo?”	67
Tabela 4 - “Em geral, você diria que está satisfeito, mais ou menos satisfeito, não muito satisfeito ou nenhum pouco satisfeito com a democracia do seu país?”	68
Tabela 5 - Você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito da afirmação “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”	69
Tabela 6 - Confiança interpessoal	69
Tabela 7 - Confiança institucional (%).....	70
Tabela 8 - Importância do voto: “Você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito da afirmação ‘O rumo que o país vai seguir nos próximos anos depende de como os cidadãos votam’”	72
Tabela 9 - Crença no voto.....	72
Tabela 10 - Participação formal x informal: “O que é melhor para o país avançar?”	73
Tabela 11 - Participação política não convencional (%)	74
Tabela 12 - Frequência de participação política (%).....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de educação (%)	63
Gráfico 2 - Situação Econômica (%).....	64
Gráfico 3 - Na sua opinião, qual é o principal problema do país? (%)	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hierarquia de envolvimento político26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
3.1 CULTURA POLÍTICA	17
3.2 CAPITAL SOCIAL	20
3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	22
3.3.1 Definições e variáveis da participação política.....	23
4. PERSPECTIVAS LATINOAMERICANAS: O CASO DO BRASIL E DA COLÔMBIA	31
4.1 A AMÉRICA LATINA	31
4.1.1 Contextualizando a região latino-americana.....	31
4.1.2 Cultura Política e Participação na América Latina	32
4.2 O CASO DO BRASIL.....	35
4.2.1 Perspectiva histórica.....	35
4.2.2 Cultura política e participação no Brasil	45
4.3 O CASO DA COLÔMBIA.....	48
4.3.1 Perspectiva histórica.....	48
4.3.2 Cultura política e participação na Colômbia.....	56
5. CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: ANÁLISES EMPÍRICAS	61
5.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA.....	61
5.2 CULTURA POLÍTICA	65
5.3 CAPITAL SOCIAL	69
5.4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	71
5.5 RESULTADOS	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1. INTRODUÇÃO

A América Latina conta com diversos problemas, em âmbito social e econômico, que dificultam o desenvolvimento pleno e o fortalecimento da democracia nos países que fazem parte da região, visto que, em geral, o Estado não consegue resolver os conflitos por meio de canais institucionais e democráticos, cenário que é agravado por características como o clientelismo e a desigualdade social, além de práticas como a corrupção. Neste contexto, tem se observado uma emergência de padrões de baixa confiança entre os indivíduos, que pouco participam da vida política ou se envolvem em ações coletivas, fruto de um crescente descontentamento e insatisfação da população com a democracia, visto a percepção generalizada de que as instituições políticas não funcionam, o que as leva a perder sua legitimidade social (BAQUERO, 2013; KLESNER, 2007; BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017).

Considerando a importância dos indivíduos para a política, Almond e Verba (1963) trabalham com o conceito de cultura política, que diz respeito às orientações, posturas e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político (ALMOND e VERBA, 1963), e esta fornece as bases para o comportamento político, o qual vai de acordo com padrões construídos a partir das características de cada contexto histórico e sistema político, de modo que cada sistema irá contar com uma cultura política distinta (PYE, 1965). É importante que haja cidadãos ativos e interessados nos assuntos públicos, e engajados em ações coletivas, como uma forma de construir relações de cooperação e solidariedade entre os indivíduos, construindo capital social, que se reflete na eficácia institucional, visto que características da sociedade civil afetam as democracias (PUTNAM, 1993, 2000 e 2002). Visto a natureza participativa das democracias, elas permitem que os cidadãos participem por uma série de canais, sejam eles convencionais ou não convencionais (BLANCO, 1995; BARNES e KAASE, 1979; KAASE e MARSH, 1979), os quais cresceram exponencialmente nas últimas décadas e aumentaram e diversificaram as formas pelas quais os cidadãos se envolvem (DALTON, 2017).

Quase na segunda década do século XXI, não apenas na América Latina, percebe-se a existência de um *gap* entre a sociedade e a política, com falta de legitimidade por parte das principais instituições políticas tradicionais, especialmente os partidos políticos, levando à insatisfação dos cidadãos com a política e a democracia, por não estar atingindo as

expectativas dos indivíduos, que não se sentem devidamente representados (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017). Dentro do cenário latino-americano mencionado anteriormente, encontram-se Brasil e Colômbia, países que apresentam características semelhantes no que se refere à cultura política, capital social e participação política, porém com contextos históricos marcados por elementos distintos. O Brasil apresenta altos níveis de desconfiança institucional e de ceticismo político, baixo capital social, e uma cultura política híbrida em que os aspectos formais da democracia são mais valorizados, em detrimento de práticas participativas (BAQUERO, 2004 e 2008), enquanto a Colômbia apresenta, igualmente, baixa participação política, tendo as eleições como cenário principal, alta desconfiança institucional, com alta hostilidade partidária e baixo capital social (RUIZ, 2012 e 2013; ULLOA, 2015). Entretanto, enquanto o Brasil teve sua cultura política influenciada historicamente pelo personalismo, em uma lógica de exploração e predomínio do privado em detrimento da construção de uma esfera pública, com grande exclusão social e política, além de diversos períodos de interrupção da democracia por governos autoritários (HOLANDA, 1995; FAORO, 2001; CARVALHO, 2002), na Colômbia, a construção da cultura política foi marcada pelo papel central da Igreja Católica, pela dicotomia de pensamentos representada pelo bipartidarismo e pela rivalidade e intolerância política, que resultaram em períodos de grande violência (LA ROCHE, 1993; BUSHNELL, 2004; LAROSA e MEJÍA, 2011).

A partir do que foi apresentado, percebe-se que as democracias contam com a participação como um elemento fundamental, entretanto a cultura política e o capital social influenciam no modo como os cidadãos agem e se relacionam com o sistema político, assim como as características e contexto histórico de cada sistema. Visto que o Brasil e a Colômbia apresentam características em comum, tanto entre si quanto em relação à região latino-americana, este trabalho apresenta como problema de pesquisa **qual a relação da cultura política e do capital social com a participação dos cidadãos no Brasil na Colômbia?**

Para que seja possível responder à pergunta proposta, esta pesquisa possui como objetivo geral analisar como a cultura política e o capital social, no Brasil e na Colômbia, se relacionam com a participação dos cidadãos em ambos os países. Visando cumprir com este objetivo central, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar, historicamente, os principais elementos que compõem a cultura política do Brasil e da Colômbia;

- 2) Comparar as características centrais da cultura política, capital social e participação política, entre Brasil e Colômbia, os situando dentro da realidade latino-americana;
- 3) Observar como se relacionam aspectos da cultura política e do capital social com os padrões de participação política nos dois países.

Visto os objetivos, este estudo parte da hipótese geral de que no Brasil e na Colômbia encontra-se uma cultura política apática com baixo capital social, e, apesar da crença da democracia, isso se reflete na baixa participação política. Mais detalhadamente, encontra-se como hipóteses específicas:

- 1) Quanto maior a apatia, a desconfiança política e a falta de capital social, no Brasil e na Colômbia, maior a crise de representação;
- 2) Quanto maior a apatia política e a falta de capital social, no Brasil e na Colômbia, menores os índices de participação política;
- 3) Quanto menor a crença dos brasileiros e colombianos na democracia, maior a possibilidade de constituição de uma cultura política com traços autoritários.

2. METODOLOGIA

A pesquisa social é definida como o processo que permite obter novos conhecimentos científicos, a partir da realidade social e através da utilização da metodologia científica (GIL, 2008), visto que, em grande parte, as Ciências Sociais buscam encontrar padrões na vida social, os quais se refletem nas ações coletivas dos indivíduos (BABBIE, 2011). Partindo disto, primeiramente, esta pesquisa apresenta caráter descritivo, pois tem como objetivo central a descrição de características de determinadas populações (GIL, 2008). O presente trabalho utilizar-se-á de uma mistura de métodos qualitativos e quantitativos, unindo um modelo teórico com um empírico, ou operacional, de modo a passar do abstrato para o concreto, utilizando modelos matemáticos para explorar o sistema hipotético de uma forma mais complexa (SAYER, 1992), ou seja, realizando a experimentação das hipóteses formuladas.

Conforme mencionado, esta pesquisa se dará a partir de duas etapas. Primeiramente, será utilizada a pesquisa qualitativa com objetivo de compreender como se deu a construção das culturas políticas do Brasil e da Colômbia, através de um levantamento bibliográfico das características centrais de cada período histórico em ambos os países, além de situá-los no contexto da América Latina. Em seguida, serão utilizados métodos quantitativos visando testar empiricamente, com base no banco de dados do Latinobarômetro, do ano de 2015, as hipóteses levantadas. Para a análise quantitativa, será utilizada a estatística descritiva, a qual é útil para complementar as análises qualitativas (SAYER, 1992). O método estatístico possibilita estimar, de forma numérica, a probabilidade de acerto de determinada hipótese, apresentando um nível razoável de precisão, reforçando as conclusões obtidas (GIL, 2008). Para as análises do banco de dados supracitado, utilizar-se-á a ferramenta SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), para obter frequências estatísticas que embasarão os resultados desta pesquisa.

Para colocar em prática o estudo em questão, serão utilizadas técnicas referentes ao campo da política comparada. O método comparativo baseia-se na investigação de objetos visando evidenciar diferenças e semelhanças entre eles (GIL, 2008). Kasahara (2008) relata que com a comparação “podemos encontrar características recorrentes ou contrastes que nos ajudem a explicar semelhanças ou diferenças” (KASAHARA, 2008, p. 11), e, nas Ciências Sociais, esta é feita a partir de parâmetros selecionados pelo pesquisador como unidade de

comparação (KASAHARA, 2008). De acordo com Munck e Snyder (2007), a política comparada é fortemente orientada em direção à empiria, envolvendo uma dimensão substantiva, que se refere ao tema e às questões de pesquisa, e uma dimensão empírica, relativa ao alcance espacial e temporal do estudo comparado (MUNCK e SNYDER, 2007). O tema e as questões de pesquisa do presente estudo foram elencados no capítulo anterior, enquanto o alcance espacial se encontra nos objetos de estudo (Brasil e Colômbia) e o temporal se assenta no ano de 2015, referente ao banco de dados utilizado pela pesquisadora. Em relação aos parâmetros, anteriormente mencionados (KASAHARA, 2008), estes são expressos a partir de variáveis, que correspondem a uma série lógica de atributos (BABBIE, 2011). As três variáveis selecionadas para embasar esta pesquisa estão dispostas no Quadro 1 (abaixo), a ser explicado na sequência:

Quadro 1 - Operacionalização das variáveis

Variável	Definição operacional	Indicador (nº da questão)
Cultura política	Orientações e posturas dos indivíduos em relação ao sistema político (ALMOND e VERBA, 1963)	Maior problema do país (P9)
		Compreensão da política (P28)
		Apoio à democracia (P11)
		Satisfação com a democracia (P12A)
		Democracia como melhor sistema de governo (P13A)
Capital Social	Elementos coletivos que fomentam relações de cooperação e solidariedade para a formação de uma comunidade cívica (PUTNAM, 1993, 2000 e 2002)	Confiança Interpessoal (P15)
		Confiança Institucional (P16 e P19)
Participação Política	Perspectiva de repertórios múltiplos (BLANCO, 1995; BARNES e KAASE, 1979)	Importância do voto (P13B)
		Crença no voto (P25)
		Participação formal x informal (P32)
		Participação política não convencional (P21)
		Frequência de participação (P20)

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

A partir do Quadro 1 apresentado, verifica-se, na primeira coluna, a variável a ser observada, seguido da definição operacional escolhida para a análise, e do indicador a ser

empregado para sua mensuração, juntamente com a questão correspondente no questionário utilizado (LATINOBARÔMETRO, 2015). No presente estudo, cultura política e capital social indicam as variáveis *independentes*, enquanto a participação política equivale à variável *dependente*. Assim, procura-se constatar como os padrões de participação política relacionam-se com a cultura política e o capital social de cada unidade de estudo, Brasil e Colômbia. Tal proposta será realizada através de um modelo dedutivo de pesquisa, o qual parte de um modelo teórico esperado para observações que testam se os padrões previstos efetivamente ocorrem (BABBIE, 2011).

Sobre política comparada na América Latina, González e Baquero (2013) tratam sobre como o eixo para comparações nesse nível foi deslocado para um modelo em que se utilizam variáveis específicas para encontrar semelhanças e diferenças entre os objetos de estudo, ao invés de apenas compará-los em nível macro. Dentro disso, os autores tratam de três perspectivas nas quais essa comparação, usualmente, é feita em âmbito latino-americano: a comparação pela diferença; a por semelhança; e o estudo de caso com identificação geográfica (GONZÁLEZ e BAQUERO, 2013). Neste trabalho, será utilizada a comparação pela diferença, pois será realizada uma comparação entre casos, e de forma extensiva em nível latino-americano, visto que se utilizarão as semelhanças do Brasil e da Colômbia, em contexto latino-americano, para analisar seus contrastes.

A partir do que foi visto neste capítulo, a presente pesquisa utilizará o banco de dados Latinobarômetro do ano de 2015. De acordo com os informes metodológicos fornecidos (LATINOBARÔMETRO, 2015), a pesquisa foi realizada em 18 países da América Latina. Para o Brasil, a amostra contou com 1250 pessoas, com uma margem de erro de 2,8%, cobrindo os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal (utilizados como variáveis de estratificação), com representatividade de 100% da população do país, e realizada em quatro etapas distintas. Na Colômbia, a amostra foi de 1200 pessoas, com uma margem de erro de 3,5%, cobrindo as seis regiões do país, com representatividade de 100% da população, e foi realizada a partir de várias etapas, tendo o tamanho do município como principal variável de estratificação.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para poder realizar a pesquisa proposta, é preciso compreender a partir de que referencial teórico serão analisadas as questões apresentadas, esclarecendo os conceitos que serão operacionalizados para a análise dos objetos de estudo. Sendo assim, este capítulo pretende trazer os principais estudos sobre os três conceitos centrais que embasam este trabalho: cultura política, capital social e participação política.

3.1 CULTURA POLÍTICA

Em um contexto de crescimento da participação dos cidadãos como um novo padrão emergente no cenário político mundial, juntamente com a crença de que os indivíduos são politicamente importantes e, portanto, devem atuar ativamente dentro da política, surge o conceito de cultura política, originalmente trabalhado por Almond e Verba (1963), o qual se refere às “orientações especificamente políticas, posturas em relação ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como atitudes em relação ao papel de cada um dentro deste sistema” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 30, tradução própria). Pye (1965), seguindo a mesma linha, afirma que a cultura política se relaciona com a ideia de que as atividades, comportamentos e percepções que envolvem o comportamento político não se dão a partir de elementos aleatórios, mas são coerentes com padrões que se combinam e se reforçam entre si; cada indivíduo, em seu contexto histórico, aprende e incorpora os conhecimentos e sentimentos sobre a política de sua comunidade. Dessa forma, cada sistema político terá um padrão de cultura política distinto, visto que “a cultura política é o produto tanto da história coletiva de um sistema político quanto das histórias de vida dos indivíduos que compõem o sistema” (PYE, 1965, p. 8, tradução própria).

Almond e Verba (1963) compreendem a cultura política como as orientações – sendo essas de caráter cognitivo (relacionada ao conhecimento e crenças em relação ao sistema político), afetivo (sentimentos) e avaliativo (opiniões e valores) – e posturas dos indivíduos em relação à política e aos diferentes elementos que a compõem, de forma que, ao falar sobre a cultura política de uma sociedade, refere-se ao sistema político que constrói os conhecimentos, sentimentos e valores da população. Assim, o sistema político funcionaria a partir de *inputs* (objetos políticos, ou demandas da sociedade) e *outputs* (objetos administrativos, ou seja, conversão dessas demandas em políticas) (ALMOND e VERBA,

1963). Enquanto para os indivíduos, a cultura política dá as bases para o comportamento político, para o coletivo, ela fornece uma estrutura sistemática de valores e racionalidade, os quais garantem a coerência na *performance* das instituições e organizações (PYE, 1965).

Assim, a cultura política é classificada em três tipos centrais distintos, que misturam diferentes níveis de cada orientação antes explicada, sendo estes: cultura política paroquial, súdita ou participativa e, conforme o tipo de cultura política se encontrarão cidadãos mais indiferentes, passivos ou participativos em relação ao sistema político. É importante destacar que existem subculturas e que os tipos podem se mesclar entre si nas sociedades. Os autores (ALMOND e VERBA, 1963), entretanto, apresentam o conceito de cultura cívica como um modelo ideal de cultura política, baseado em uma lealdade de participação, sendo uma “cultura política de participação em que a cultura e as estruturas políticas são congruentes” (p. 49, tradução própria). A cultura cívica surge como uma mistura entre elementos tradicionais e de modernização – que tem como um de seus pilares a secularização – nas sociedades (ALMOND e VERBA, 1963). Assim “uma sociedade caracterizada como cívica exige a presença de cidadãos com virtudes cívicas, materializadas no interesse por eles demonstrado pelos assuntos públicos e pela política, pelo amplo engajamento em associações cívicas e por um ambiente de tolerância recíproca” (BAQUERO, 2004, p. 177).

Dalton e Welzel (2014) buscam compreender a cultura política e a mudança de valores nas democracias atuais, em comparação com os estudos clássicos sobre cultura política. Os autores percebem valores mais assertivos e relacionados à auto-expressão, diferentemente dos ideais de lealdade pública que constituiriam a cultura cívica de Almond e Verba (1963). Dessa forma, as democracias atuais teriam cidadãos mais críticos que produzem novos movimentos com desejo de mudança política.

Os estudos de Dalton e Welzel (2014) têm forte influência de Inglehart (1977), que relaciona essas transformações aos processos de modernização e às mudanças estruturais que ocorreram nas sociedades pós-industriais, que, com um maior desenvolvimento econômico e tecnológico, deslocaram o eixo dos valores materiais para valores pós-materiais. Ou seja, conforme os cidadãos foram adquirindo maior segurança econômica e física, mais puderam se preocupar com outras questões referentes à qualidade de vida. Com essa alteração nos valores, há uma tendência de maior envolvimento dos cidadãos com assuntos relacionados à política, não apenas a partir do voto. Como consequências, há também a diminuição da confiança em

instituições tradicionais, além de uma mudança no balanço de capacidades políticas entre as elites e as massas – devido, centralmente, à expansão da educação e às comunicações em massa. Assim, os novos valores individuais afetam as orientações dos indivíduos em relação à política, assim como as formas de participação política (INGLEHART, 1977).

Em trabalho posterior, Abramson e Inglehart (1994) reafirmam, tomando a educação como um indicador da segurança econômica nos anos de formação dos indivíduos (visto a relação entre educação e condição econômica), uma forte associação entre prosperidade econômica e valores pós-materialistas. Dessa relação, pressupõe-se, então, a importância da segurança econômica durante a socialização no período de formação. Assim, temos passado por um processo de mudança intergeracional de valores, que somado aos milagres econômicos do período do pós-guerra e à emergência de sistemas de segurança social, têm transformado o sistema de valores, os quais irão se formar e prevalecer de acordo com os níveis de educação em questão. É necessário ressaltar que o apoio a valores democráticos não é uma consequência automática de maiores níveis de educação, pois reflete condições históricas específicas (ABRAMSON e INGLEHART, 1994).

No que concerne à democracia, a fase pós-industrial da modernização produz demandas em massa, cada vez mais poderosas, para o fortalecimento da democracia. A democracia irá depender das pessoas e de suas orientações, as quais vão motivar essas demandas por mais liberdade e responsividade do governo. A modernização econômica – que aumenta recursos materiais, cognitivos e sociais – e a mudança cultural em direção à ascensão de valores de auto-expressão – os quais levam ao aumento de demandas por democracia – evidenciam que a democratização é parte de um processo de desenvolvimento humano. Esses valores pós-materiais de auto-expressão enfatizam aspectos como liberdade pessoal e política, atividades de protesto civil, respeito à liberdade dos outros, além de fatores relacionados à qualidade de vida (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Inglehart e Welzel (2009), além de ressaltar a importância de valores cívicos e do componente humano, ainda acima das instituições, apontam a importância de valores emancipatórios e de autonomia para o avanço das democracias, os quais decorrem dos próprios valores de auto-expressão. Welzel e Alvarez (2014) apontam a relação de tais valores com a construção de uma cultura política mais assertiva. Os valores emancipatórios levam a um “enlightenment effect” (WELZEL e ALVAREZ, 2014, p. 59) – o qual pode surgir

independentemente de quão democrático é o país –, e compreendem um significado mais liberal de democracia, somado por uma percepção mais crítica de quão democrática a sociedade é. Assim, a junção do desejo por democracia com valores emancipatórios tende a impulsionar a democracia. Entretanto, o desejo por democracia não expressa o quão democrático é um país, e quando não é acompanhado por valores emancipatórios, não gera fonte de pressão em massa, pois a falta desses valores indica um desejo por democracia por outros objetivos que podem ser propagados como democráticos sem o ser, visto que a universalidade do desejo por democracia esconde diferenças na percepção do que é democracia (WELZEL e ALVAREZ, 2014).

3.2 CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social trabalhado por Bourdieu (1999) diz respeito aos recursos associados a uma rede de relações, à vinculação a um grupo, em que indivíduos se unem por ligações baseadas em trocas materiais e simbólicas. Essas relações podem ser mais ou menos institucionalizadas, e se baseiam no (re)conhecimento entre os agentes envolvidos. Para o autor, o volume de capital social está associado à quantidade de outros tipos de capital (econômico, simbólico e cultural) e de capacidade efetiva de mobilização dentro dessas relações, nas quais a solidariedade aparece ligada aos lucros, tanto materiais quanto simbólicos, possíveis de se obter ao pertencer a um grupo (BOURDIEU, 1999). Assim, nessa perspectiva, essas trocas materiais e simbólicas reforçam as relações e são utilizadas para garanti-las e institucionalizá-las (HÄUBERER, 2011).

Para Coleman (1988), o capital social é visto a partir de uma perspectiva da escolha racional, em que cada ator tem controle e interesses em relação a determinados recursos, e o capital social aparece como um recurso. O conceito envolve uma série de elementos, os quais consistem em estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores em relação à estrutura. O capital social age quando mudanças nas relações entre indivíduos facilitam as ações, sendo uma forma menos tangível de capital, pois se dá nas relações entre as pessoas. Assim, a função do capital social centra-se nos atores poderem utilizar as estruturas sociais como recursos para atingir seus interesses, em um esquema baseado nas ideias de obrigações, expectativas e confiança entre os membros de cada grupo. O capital social tem capacidade de

produzir canais de informações a partir das relações entre os indivíduos que se comunicam, compartilhando informações entre si, além de criar normas – ainda que tácitas – que têm poder de incentivar ou restringir determinados comportamentos dentro das estruturas, mostrando-se, dessa forma, como um recurso muito poderoso. Entretanto, para o bom funcionamento, é necessário que a estrutura seja fechada, ou seja, esteja interligada, e que haja organização dentro desta estrutura (COLEMAN, 1988).

Em seu estudo sobre o desempenho institucional em diferentes regiões da Itália, Putnam (1993) conclui que não são apenas fatores econômicos e de desenvolvimento que o influenciam, destacando, centralmente, o papel da comunidade cívica. O autor trabalha com a ideia de comunidade cívica baseada em uma cidadania marcada pela participação ativa em assuntos públicos, em que os interesses próprios estão em harmonia com os interesses coletivos. Além disso, se pressupõem direitos e obrigações iguais para todos em uma comunidade voltada a uma lógica horizontal de cooperação e reciprocidade, ao invés de uma ordem vertical baseada em autoridade e dependência. As normas e valores da comunidade cívica são reforçados pelas estruturas e práticas sociais, sendo esta baseada em solidariedade, tolerância e confiança entre os indivíduos. A cooperação e a mobilização política (mesmo que não obtenham sucesso) são importantes, pois dissipam o isolamento e a desconfiança mútua. Destaca-se o papel das associações, devido a seus efeitos tanto nos indivíduos – ao introduzir hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, desenvolvendo habilidades cooperativas e senso de responsabilidade compartilhada –, quanto na esfera política mais ampla – contribuindo para uma colaboração social e uma governança democrática mais efetivas (PUTNAM, 1993). Entretanto, o capital social não ocorre apenas por canais formais como as associações, podendo dar-se também por vias informais (PUTNAM, 2002).

Em um trabalho posterior, Putnam (2000) reafirma que a reciprocidade generalizada torna uma sociedade mais eficaz devido a seus efeitos positivos de apoio mútuo, cooperação, confiança e eficácia institucional. Entretanto, ao estudar o caso dos Estados Unidos, observa-se um declínio no capital social e no engajamento cívico, que ocorreu de forma ainda mais rápida em atividades coletivas, devido a uma crescente desintegração de laços sociais, diminuindo a confiança dos cidadãos nas instituições (PUTNAM, 2000). Acredita-se que as características da sociedade civil afetam as democracias, porém que essas características também variam ao longo do tempo e espaço. Ao analisar essas mudanças em algumas nações

européias, e novamente nos EUA, percebeu-se a tendência do declínio do comparecimento eleitoral, assim como do envolvimento popular com a política tradicional, e do engajamento em partidos políticos, sindicatos e igrejas. Assim, se vê o crescimento de novas formas individuais de engajamento civil dos cidadãos, com modos de participação social menos focados em objetivos coletivos e públicos (PUTNAM, 2002).

Assim, o capital social combina aspectos individuais e coletivos para o uso e controle de recursos. Enquanto a visão de Bourdieu foca nos elementos individuais, e a de Putnam nos coletivos, Coleman tem uma visão que integra os dois aspectos (ESSER, 2008). Em termos práticos, para a fundamentação da legitimidade de um governo é necessário valorizar a participação democrática, assim como assumir a importância do papel de associações não convencionais, visto que relações de confiança e reciprocidade fornecem as bases para a ação coletiva. É preciso fortalecer a sociedade civil, juntamente com boas práticas governamentais, como forma de gerar capital social e uma cultura cívica (BAQUERO, 2004).

3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

De acordo com Blanco (1995), alguns direitos como a liberdade de expressão e de associação, assim como o direito à informação, mostram a natureza participativa da democracia. A democracia envolve a possibilidade de participação dos cidadãos nas decisões, por meio de diferentes canais além do eleitoral (BLANCO, 1995). Teóricos da democracia, ao longo da história, têm defendido que a manutenção das democracias ocorre por meio da participação ativa de seus cidadãos na esfera pública, juntamente com um elevado conhecimento sobre assuntos públicos e por um sentido de responsabilidade cívica (ALMOND e VERBA, 1963). Desde a Grécia Antiga, políticos e pensadores vêm destacando o papel de pessoas comuns na democracia, visto que a participação política é importante para qualquer regime, e fundamental para as democracias, além de representar um dos fatores que permitem avaliar a sua qualidade. Enquanto análises da participação política em suas formas mais tradicionais (ao exemplo do comparecimento eleitoral) podem levar a resultados pessimistas, é importante ter em conta que abordagens mais amplas podem trazer perspectivas menos preocupantes. Essa transformação se baseia no critério de que formas de comportamento político são consideradas participação política (VAN DETH, 2016).

O fim da década de 1960 foi marcado por ondas de protestos políticos e pelo crescimento de formas não convencionais de ação política, assim como um declínio nos níveis de confiança nos governos e um aumento na sofisticação política, fenômenos que demandavam explicações distintas. Até esse ponto, as democracias eram, geralmente, compostas por elites bem socializadas que mantinham o controle do processo político a partir da competição eleitoral. As teorias “elitistas” assumiam que as massas não dispunham dos mesmos níveis, de conhecimento, comprometimento e envolvimento com a política, que as elites (BARNES e KAASE, 1979). Essas teorias receberam grande apoio e estímulo, dos anos 1940 até o começo dos anos 1960, por parte de pesquisas empíricas que apontavam a falta de interesse e envolvimento político por parte do cidadão comum (KAASE e MARSH, 1979).

As democracias liberais ocidentais, dos anos 1950 e início dos anos 1960, foram marcadas pelo crescimento econômico e pela estabilização política, com crescentes níveis de educação, representando uma mudança para uma ordem econômica pós-industrial, tornando-se sociedades “industriais avançadas” (BARNES e KAASE, 1979, p. 15). O tema da mudança entrou também nas demandas das massas, levando a novos temas políticos, os quais enfatizavam ideais da visão de democracia clássica, como igualdade e direito das minorias, gerando, então, desafios às concepções elitistas e pluralistas, até então predominantes. Com o maior desenvolvimento destas sociedades, necessidades relacionadas à segurança individual (como alimentação e moradia) foram supridas e deram lugar a novos valores (BARNES e KAASE, 1979), assunto também trabalhado por estudiosos da cultura política como Inglehart (1977).

3.3.1 Definições e variáveis da participação política

Participação política é um termo abrangente e que envolve uma série de variáveis e distintas conceptualizações. Para introduzir o tema, Sani (1998), apresenta o verbete de Participação Política, na conhecida compilação “Dicionário de Política” organizada por Norberto Bobbio. O autor afirma que o conceito envolve uma ampla gama de atividades, as quais se encaixam em uma concepção Ocidental, na qual a definição foi formulada. Por tal motivo, é salientada a questão da não aplicabilidade do conceito a qualquer contexto, como no caso de sociedades em desenvolvimento ou distintos sistemas políticos. Além disso, tanto a ideia de participação quanto a de atividade política são relativas e sujeitas à interpretação, entretanto o autor escolhe três níveis/formas de participação política para esclarecer, sendo

essas: a presença, relativa a comportamentos passivos ou receptivos, onde não há iniciativa ou grande contribuição do indivíduo; a ativação, quando o sujeito exerce papel ativo na realização ou promoção de atividades; e a participação, ou seja, quando um indivíduo está envolvido em uma decisão política direta ou indiretamente (SANI, 1998).

Distintos países apresentam diferentes mecanismos e aparatos democráticos, ao exemplo do sistema de voto. Para Sani (1998), um bom desenvolvimento da democracia pressupõe cidadãos informados, ativos e atentos aos processos políticos das sociedades em que estão inseridos, entretanto este ideal nem sempre se reflete na realidade, pois há indivíduos que além de não apresentarem grande interesse por assuntos políticos, também carecem de conhecimento político, reservando a política a grupos restritos. O autor considera a participação eleitoral como a forma mais comum de participação política, porém este processo nem sempre garantiria uma real participação, o que se percebe, por exemplo, com grandes taxas de abstenção, assim como na não tradução disso em participação real e ativa em outras esferas. Formas alternativas e menos pacíficas como protestos e ocupações também são populares, porém, acabam por ser esporádicas e, em grande parte das vezes, não refletem em organização política real. Assim, o que condiciona a participação política, seja de forma positiva ou negativa, são suas estruturas ou ocasiões, as quais são determinadas pelo ambiente em questão, e a cultura política, as quais impactam na mobilização da sociedade (SANI, 1998).

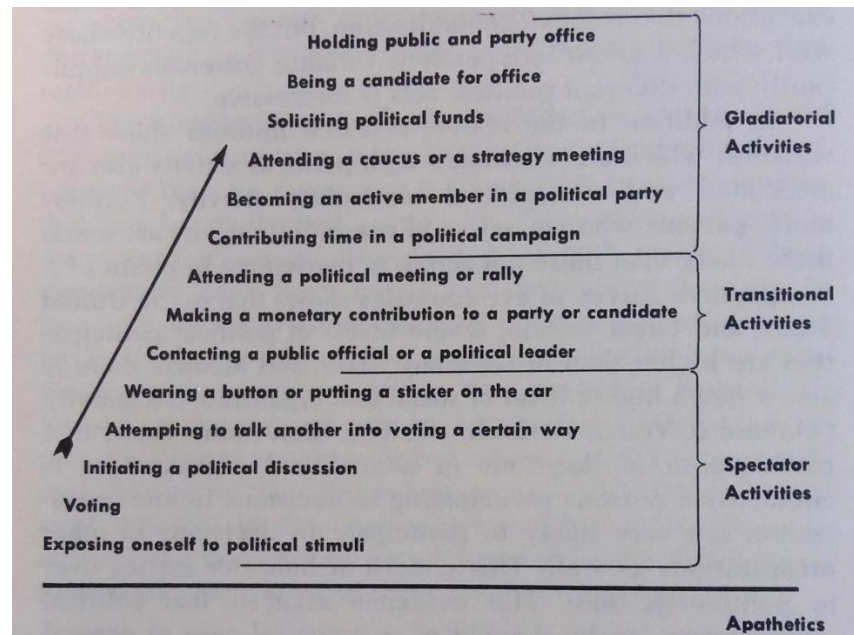
Blanco (1995) aborda a existência de diversos significados de participação, assim como distintos canais de participação e diferentes atitudes dos cidadãos em relação a isso. Apesar de a participação política ser frequentemente reduzida à esfera eleitoral, há outras formas de aproximação do cidadão com a política, que vão em direção oposta a essa visão minimalista de participação, e que englobam um vasto repertório de ações além das fronteiras institucionais do sistema político. Ao delimitar o conceito de participação política, a autora aponta que sua definição sempre se refere a uma ação como cidadão, ou seja, se interessar ou se informar sobre política não constitui participação – apesar de sua importância para levar à participação em si –, o que também ocorre com a participação política como atividade profissional.

Assim, há três perspectivas centrais em relação ao conceito de participação política, que marcam também a evolução histórica do termo. A primeira diz respeito à perspectiva

unidimensional, e vê a participação política a partir de uma escala ordenada e com hierarquia de ações, na qual a partir do tipo de atividade realizada, os indivíduos irão se encaixar em um determinado nível da escala de participação. A partir dessa visão, se constituem tipos ideais de atividades políticas a partir de categorias, sendo um modelo de participação política estruturado em uma ordem interna baseada no nível de esforço ou dificuldade de cada atividade da ordem hierárquica, sendo esta cumulativa, visto que o indivíduo vai avançando nas etapas dentro desta hierarquia (BLANCO, 1995).

O principal trabalho sobre essa perspectiva é o de Milbrath (1965) que estuda o comportamento político como aquele que tenta afetar as decisões do governo, excluindo organizações não governamentais dessa definição. Enquanto algumas pessoas se preocupam e visam transformar o sistema, outras têm uma relação passiva com ele, e dificuldades em compreendê-lo. O autor – baseado em Almond e Verba (1963) – acredita que o sistema político, assim como a cultura política, influencia o comportamento político individual dos cidadãos, e vice-versa. Em relação à participação, os indivíduos decidem agir ou não, em que direção irão agir, além de em que intensidade, por quanto tempo e o quanto desejam participar. Poucas pessoas dispõem de informação e entendimento suficientes sobre o sistema político para poder tomar decisões racionais acerca disto.

Assim, na perspectiva unidimensional de Milbrath (1965), a concepção de participação política prevê que uma ação política se correlaciona com outras determinadas ações, havendo, então, uma hierarquia de envolvimento político, em que um indivíduo com um determinado nível de participação tende a realizar uma série específica de ações, além de ações presentes no nível anterior, visto que a participação política também teria um caráter cumulativo, ou seja, pessoas que se engajam em uma atividade política tendem a se engajar também em outras. Além disso, acredita-se que as variáveis associadas à ação política estão correlacionadas com atividades comunitárias não políticas, ou seja, indivíduos engajados em assuntos da comunidade tendem a estar mais dispostos a participar da política do que os que não estão engajados (MILBRATH, 1965, p. 17).

Figura 1 - Hierarquia de envolvimento político

Fonte: Milbrath (1965, p. 18).

Conforme a Figura 1, no esquema da hierarquia de participação política apresentado por Milbrath (1965, p. 18), encontram-se diferentes tipos de comportamento político de acordo com as atividades realizadas. Cidadãos que não exercem ações políticas apresentam-se como apáticos; as atividades de espectador incluem a exposição ao estímulo político, o voto, iniciar uma discussão política, tentar convencer alguém a votar de certa forma e utilizar propagandas políticas; no nível de transição encontramos o contato com um governante, doação a partidos ou candidatos e participar de reunião ou comícios políticos; e, por fim, as atividades de “gladiador” abrangem a participação em campanhas políticas, a filiação a um partido político, o comparecimento a reunião políticas estratégicas, solicitar doações a fundos políticos, se tornar candidato, e, no topo da hierarquia, ter um cargo político.

As principais críticas à abordagem unidimensional dizem respeito a seu caráter simplista, pois pressupõe que todos teriam os mesmos critérios para decidir participar, e seria apenas por nível de dificuldade da ação. Em contraponto a esta visão, se apresenta a perspectiva multidimensional, em que se consideram múltiplos determinantes para a participação política, os quais se combinam em diferentes proporções (BLANCO, 1995). O trabalho central que aborda esta perspectiva é o de Verba, Nie e Kim (1978), que conceituam participação política como ações legais exercidas pelos cidadãos, tentativas de influenciar o

governo a partir de “canais legais regulares” (VERBA, NIE e KIM, 1978, p. 1) – não incluindo protestos, rebeliões ou meios violentos – pelos quais se expressa preferências e se pressiona o governo, canais estes que se encontram disponíveis, e são utilizados, de modo distinto para cada grupo social. Diferentemente da perspectiva unidimensional, onde o único fator determinante é a dificuldade da ação, os autores (VERBA, NIE e KIM, 1978) acreditam que estratificações políticas e econômicas tendem a estar alinhadas, e que as atividades também dependem de fatores como recursos e motivação dos indivíduos – que estariam desigualmente distribuídos, visto que seriam mais abundantes em cenários de melhor situação socioeconômica – que levam a diferentes usos das oportunidades de participação.

Desta forma, as dimensões que se apresentam como determinantes da participação política são: 1) o tipo de influência exercida pela atividade (se esta apenas informa preferência dos cidadãos ou se dispõe de capacidade de pressão ao governo); 2) o alcance dos resultados (coletivo, social ou particular); 3) o nível de conflito que a atividade implica; 4) o grau de iniciativa ou esforço requerido para executar a atividade; e, 5) quanto a atividade favorece ou impede a cooperação para o seu próprio desenvolvimento. Neste modelo de Verba, Nie e Kim (1978), se separam quatro categorias, não hierárquicas, que representam modos de participação política, sendo: 1) a esfera eleitoral, em que o voto exige pouca iniciativa, sendo uma atividade individual, mais frequentemente praticada, que comunica pouco as preferências individuais; 2) atividades de campanha eleitoral, que exercem maior influência do que o voto e são exercidas por grupos “identificáveis”, a partir de suas preferências, e exigem cooperação entre os cidadãos; 3) atividades comunitárias, as quais se encontram fora do âmbito eleitoral, e podem ocorrer a nível individual ou coletivo, expressam maiores níveis de informação sobre a preferência dos cidadãos e seu nível de pressão depende da influência de cada grupo ou indivíduo; e, por fim, 4) contatos políticos particulares, que exigem grande esforço e iniciativa e ampla informação sobre as preferências (BLANCO, 1995; VERBA, NIE e KIM, 1978).

Por fim, há uma terceira abordagem de repertórios múltiplos de ações políticas, a qual corresponde à “análise da ampla variedade de ações cidadãos pelas quais os indivíduos transmitem suas demandas e interesses e tratam de influenciar o sistema político, com independência das formas de ações, e da legalidade e legitimidade que contam” (BLANCO, 1995, p. 306, tradução da autora). Diferentemente da perspectiva de Verba, Nie e Kim (1978), essa visão considera também ações de protesto e oposição violenta, a chamada participação

“não convencional” (BLANCO, 1995, p. 306), ampliando o objeto de análise, visto a necessidade de se compreender a proliferação de ações de protesto social que vem ocorrendo nas democracias. Parte-se, então, da ideia de que há uma relação entre as ações dos indivíduos e as mudanças no contexto sociopolítico, ou seja, a ação política surge como um processo dinâmico em um contexto de mudanças sociais e de transformação, pois o aumento da complexidade social exige explicações igualmente mais complexas dos fenômenos. A partir disso, se entende o protesto e as ações políticas diretas como elementos em um repertório amplo de atividades políticas, e não como uma ameaça à estabilidade do sistema político, de modo que os protestos aparecem como expressão de mudanças de atitudes e valorações que vêm ocorrendo nas democracias ocidentais. Com isso visto, é importante compreender que as atividades convencionais e não convencionais de participação não representam lógicas distintas, e a tendência é de que haja uma combinação de atividades tradicionais com ações políticas diretas (BLANCO, 1995).

A obra de Barnes e Kaase (1979) é uma das principais que marca o início do estudo da perspectiva de repertórios múltiplos de ação política. A ascensão de formas de participação não convencionais ocorreu relacionada a outros desenvolvimentos nas sociedades e à substituição de clivagens políticas tradicionais por novos valores (BARNES e KAASE, 1979), conforme veremos na próxima seção deste capítulo. As formas convencionais e não convencionais de envolvimento político não são mutuamente excludentes, pelo contrário, operam em conjunto e, assim, constituem o que se chama de repertório múltiplo de ação política (KAASE e MARSH, 1979).

Muitas vezes a participação política foi, e ainda é, vista a partir de uma ótica individualista, esquecendo-se do significado coletivo da participação como processos de identificação coletiva e articulação de interesses. Na década de 1970, com a ascensão dos “novos movimentos sociais”, a definição começou a se focar mais no sentido coletivo, apesar de haver diferentes visões sobre o que é político e dentre os próprios significados da participação que são atribuídos pelos cidadãos, assim como diferentes graus de quanto se pode “ser parte” de algo. Portanto, há uma associação da participação política convencional com formas institucionalizadas (canais legais à disposição dos cidadãos, ao exemplo dos partidos políticos) que se relacionam com algum tipo de organização política; enquanto a participação não convencional – ao exemplo de petições, greves, boicotes, ocupações de

edifícios, entre outros – é determinada por dois fatores: a legalidade, ou seja, a conformidade com as normas legais, e a legitimidade, correspondente ao grau de aprovação ou rejeição de determinada atividade por parte da população (BLANCO, 1995). A ação política não institucionalizada costumava ser, conceitual e empiricamente, ligada a protestos, violência e mudanças no sistema, o que, muitas vezes, se reflete na percepção dos cidadãos de que muitos atos de envolvimento político voluntário sejam ilegítimos (KAASE e MARSH, 1979).

Conforme estudos mais contemporâneos de participação política, é possível que os canais de participação tenham evoluído, e que ao invés de haver uma diminuição na participação, os indivíduos estejam se tornando mais ativos a partir de novos canais, visto que se encontram novos padrões de engajamento cívico em diversas democracias ocidentais. As características de cinismo, alienação e desconfiança em relação às instituições centrais da democracia representativa podem resultar em indivíduos mais engajados politicamente, preocupados em demonstrar suas insatisfações com o sistema político, ou seja, cidadãos mais críticos (NORRIS, 1999).

Dalton (2017) aponta que o envolvimento dos cidadãos com os processos democráticos tem aumentado e se diversificado nas últimas décadas. Entretanto, esse processo apresenta novos dilemas à democracia, visto que, enquanto menos pessoas têm exercido o direito ao voto, a quantidade de canais pelos quais os cidadãos podem influenciar o governo cresceu exponencialmente. Com isso, o autor argumenta que tem aumentado o *gap* de status social na participação, visto que essa ampla gama de atividades demanda cada vez mais capacidade cognitiva e recursos.

Chegando quase à segunda década do século XXI, encontra-se uma lacuna entre sociedade e política, juntamente com uma falta de legitimidade por parte de instituições públicas, partidos políticos e lideranças tradicionais, de modo que temos presenciado expressões de descontentamento dos cidadãos com a política, não apenas na América Latina. Assim, vem se observando uma frustração nas percepções sobre a democracia, em relação às expectativas, com um sentimento de pouco progresso ou cumprimento de demandas. Encontra-se o sistema de partidos políticos no centro desta crise, tornando-se as instituições com menor apoio popular, visto que os cidadãos não se sentem devidamente representados (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017).

O desconforto com as instituições tem levado à emergência de manifestações políticas globalmente, em sua maioria lideradas por jovens, combinando o uso de redes sociais com protestos nas ruas, como no caso do #VemPraRua no Brasil, do #NiUnaMenos na Argentina, entre outros presenciados nos últimos anos. Essas revoltas contam com uma estrutura urbana plural, em que atores tradicionais não têm um papel de liderança, sendo, pelo contrário, alvo das reivindicações. Os novos atores políticos não têm se centrado em fazer parte de uma organização ou partido político, ao invés disso, participam em diversos tipos de organizações ou movimentos. Nesses casos, encontra-se uma nova lógica de participação, mais aberta, descentralizada e colaborativa, indicando uma mudança nos paradigmas de participação política (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017).

4. PERSPECTIVAS LATINOAMERICANAS: O CASO DO BRASIL E DA COLÔMBIA

Visto que esta pesquisa se baseia em estudo de política comparada, é necessário que cada objeto de estudo seja contextualizado, para que se possa situa-los dentro de suas próprias realidades. Como visto no capítulo anterior, cada sistema político representa uma cultura política distinta, a qual deriva da história coletiva e das perspectivas individuais dentro de cada sociedade (PYE, 1965). Assim, no presente capítulo, serão, primeiramente, apresentados alguns pontos importantes sobre a América Latina, seguidos por uma contextualização histórica, a partir de características centrais de cada período histórico, e estudo da cultura política e participação política em cada uma das unidades de estudo: Brasil e Colômbia.

4.1 A AMÉRICA LATINA

4.1.1 Contextualizando a região latino-americana

Em termos históricos, a América Latina contou com um período colonial marcado pelo extermínio e escravização de grandes populações locais indígenas e grandes civilizações (como os maias e os astecas), que habitavam a região antes da chegada dos europeus, além do grande volume de tráfico de escravos, iniciado pelos portugueses, provenientes do continente africano entre a metade do século XV e a metade do século XIX. Os portugueses e espanhóis trouxeram à região o Catolicismo, uma economia mercantilista e uma estrutura de Estado absolutista. Entre 1850 e 1930, houve um grande fluxo de imigrantes provenientes da Europa para diversos países da região, de modo que a população passou por um crescimento exponencial. Em 1930, essa população era majoritariamente rural, visto que apenas cerca de 15% vivia em cidades com mais de vinte mil habitantes, passando a 76% no final do século. Além disso, entre 1950 e 2000, a população da região passou de 166 milhões para 516 milhões, sendo que Brasil, México, Colômbia e Peru tiveram suas populações mais do que quadruplicadas nesse período. Esse processo massivo de mudança gerou consequências econômicas, políticas e sociais ao redor de toda a região latino-americana (MUNCK, 2003).

O fim do colonialismo marcou a emergência de oligarquias locais que controlavam aspectos centrais da economia e da política, na maioria dos países da região, período que foi seguido pelo crescimento econômico com a incorporação das classes médias, e teve seu fim

marcado pelo período posterior à crise de 1929. Entretanto, desde a independência, a dependência de outros países aumentou e a crise que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, somada à crise de 1929 e, à sequência, à Segunda Guerra, trouxe consequências para a região. Após a Segunda Guerra Mundial, emergiu o nacional desenvolvimentismo que criou uma sociedade mais educada, comercializada e integrada.

Em sequências a este período, seguiu-se um colapso na democracia com a ascensão de regimes militares autoritários, iniciando no Brasil em 1964 e chegando à maioria da região na década de 1970. A Colômbia e a Venezuela não chegaram a ter regimes militares, mas tiveram períodos de pouca democracia, contando com pactos feitos pelas elites que permitiram um processo político formal estável por diversos anos. Na década de 1980, houve as aberturas políticas no Cone Sul, e em 1990 na América Central.

Após esse ciclo, há uma valorização da democracia, apesar de certo desencanto em relação a ela por alguns, visto os desafios em se consolidar e manter a democracia em um cenário de desigualdade social crescente. Um dos fatores a restringir a democratização social, política e econômica da região foi a imposição da ideologia neoliberal como única alternativa para a região. Ainda assim, diversos movimentos e organizações políticas e culturais têm trabalhado com estratégias alternativas para o desenvolvimento latino-americano (MUNCK, 2003).

4.1.2 Cultura Política e Participação na América Latina

A participação política na América Latina vinha sendo, em grande parte, baseada em cálculos racionais, visto que os cidadãos estão mais propensos a se engajar em atividades políticas quando buscam algum objetivo, têm interesse no tema, e veem alguma instituição como um canal necessário para atingir tal objetivo. Em relação ao voto, em muitos países latino-americanos, este é obrigatório e sujeito a sanções legais no caso de não comparecimento, o que atua como um incentivo (SELIGSON e BOOTH, 1976), sendo este o caso do Brasil, enquanto na Colômbia o voto é facultativo. Em grande parte da região latino-americana, a política é influenciada por relações clientelistas, em que a política eleitoral, muitas vezes, está relacionada a obrigações sociais, determinando o comportamento político. No período autoritário, as eleições de muitos países eram marcadas por corrupção e fraude e

os votos individuais não tinham impacto real no resultado político (SELIGSON e BOOTH, 1976).

É possível observar outras formas de participação política fora da esfera eleitoral, como as associações comunitárias, presentes em muitas nações latino-americanas em nível local. Entretanto, muitas pessoas aderem a essas organizações por outras razões além da promoção do progresso destas comunidades, como para construir redes de relações com pessoas de *status* mais elevado, estabelecer bases de poder local para utilização como “trampolim político” (SELIGSON e BOOTH, 1976, p. 99), ou por necessidades de socialização e em benefício próprio. Assim, políticas nas quais os cidadãos participam motivados por laços de patronagem tendem a se desenvolver de modo diferente do que as em que os cidadãos participam por responsabilidade cívica (SELIGSON e BOOTH, 1976).

A América Latina ainda apresenta problemas estruturais que continuam gerando incertezas sobre os rumos da democracia na região. As condições socioeconômicas impedem a resolução de conflitos por meio da via democrática e institucional. É preocupante o reaparecimento da polarização política, somada pela fragilidade dos partidos políticos e do sistema partidário. O Estado tem tido dificuldades em assegurar qualidade de vida e o Estado de direito dos cidadãos, e práticas como a corrupção impactam na institucionalidade existente (BAQUERO, 2013).

Em seu estudo sobre capital social e participação política na América Latina, Klesner (2007) observou que a confiança interpessoal e o envolvimento voluntário em organizações fora da esfera política levam os indivíduos a se tornarem politicamente mais ativos. Em nível mundial, a região apresenta níveis moderados de envolvimento em organizações não políticas e de voluntarismo, e baixos níveis de confiança interpessoal, apresentando pouco capital social e baixos níveis de participação política (KLESNER, 2007). A existência de capital social reduzido surge como reflexo de relações sociais verticais entre governantes e governados (análogas às de patrão e cliente), em que os governos se preocupam mais com questões privadas do que públicas, levando a práticas como a corrupção (BAQUERO, 2004). Neste cenário, características como o clientelismo e a desigualdade são prejudiciais para a democracia, pois vão contra o preceito de igualdade entre todos. Assim:

Observa-se que em sociedades onde a cidadania está ausente, onde a sociedade civil não está integrada com a sociedade como um todo, onde as desigualdades sociais

aumentam e o processo de exclusão social cresce, a democracia se esvazia ou pode até perder o seu sentido. A característica dessa forma de democracia passar a ser de instabilidade permanente (BAQUERO, 2013, p. 41).

As políticas sociais na América Latina sempre foram altamente seletivas, inicialmente tratando-se de uma estratégia de integração vertical para aumentar os benefícios da população já assegurada, ao invés de realizar uma expansão horizontal de cobertura, promovendo práticas clientelistas e paternalistas de partidos políticos e governos. Assim, mesmo em períodos de prosperidade, as políticas de bem estar social na região não foram capazes de reduzir significativamente as desigualdades sociais (BURCHARDT, 2010). Há um crescente descontentamento nos países latino-americanos, por parte de diversos segmentos da população, visto as desigualdades sociais e políticas existentes pela falta de progresso social, e a falta de apoio ao governo pelos cidadãos também se dá como parte do “legado histórico de ineficiência administrativa e prática de corrupção” (BAQUERO, 2013, p. 38), além da falta de “raízes democráticas fortes” (BAQUERO, 2013, p. 40). Desta forma, há uma percepção generalizada entre os latino-americanos de que as instituições políticas não funcionam, impactando na sua satisfação com a democracia. Visto uma herança de cultura política paroquial, as pessoas tendem a tolerar certas práticas e abusos políticos (BAQUERO, 2013). Visto isso, espera-se que:

[...] traços de sobrevivência de concepções autoritárias sobre a política, expressos em preferências autoritárias e em atitudes de ambivalência política, ainda sejam fortes, influenciando sobre as convicções a respeito do papel das lideranças políticas e da relação dos cidadãos com governos, partidos e parlamentos (MOISÉS, 2008, p. 23).

Nesse contexto, a sociedade civil aparece como importante componente para proteger a sociedade das tendências autoritárias do Estado, de forma legítima, promovendo relações colaborativas e cooperativas, auxiliando no desempenho das instituições políticas, de modo que “para seu bom funcionamento, os regimes democráticos dependem do apoio dos cidadãos” (BAQUERO, 2013, p. 53). Assim, é necessária a abertura de espaços na esfera pública para novos atores e movimentos sociais poderem construir uma cultura cívica, fundamental para alcançar a estabilidade. Em contraponto, percebe-se na região uma assimetria entre os direitos formais e a prática do exercício da cidadania, em que predominam as hierarquias sociais e a população se coloca em lugar de subordinação, mantendo relações de clientelismo e paternalismo com o Estado. Quando os procedimentos democráticos estão estabilizados e não são acompanhados de ganhos sociais, os cidadãos tendem a questionar o

regime, de forma que as experiências negativas impactam no pensamento dos cidadãos (BAQUERO, 2013).

As democracias latino-americanas têm encontrado sinais de cansaço, visto que as instituições políticas têm contado com níveis muito baixos de legitimidade social. O sentimento de crise envolve a forma como o poder político é exercido e sua concentração, pois os atores sociais demandam novos e melhores espaços de participação e formas mais democráticas de exercício do poder (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017).

4.2 O CASO DO BRASIL

Após a breve contextualização da região latino-americana e suas características centrais, nesta seção do trabalho serão apresentados pontos principais de cada período histórico do Brasil, enfatizando as informações mais importantes para que se possa compreender como se deu a construção da sua cultura política. Em seguida, será feita uma exposição sobre cultura política, capital social e participação política no país, permitindo uma visão mais ampla da realidade brasileira.

4.2.1 Perspectiva histórica

a) Período colonial e independência

A colonização do Brasil por Portugal ocorreu como um empreendimento do governo colonial juntamente com particulares, com objetivo puramente comercial (CARVALHO, 2002). De acordo com Holanda (1995), a colonização brasileira “não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 1995, p. 43). O autor, ao estudar as influências da colonização portuguesa no Brasil, diferencia dois tipos distintos de exploradores: o aventureiro, que visa os resultados finais e recompensas imediatas, ignora fronteiras, trabalha com projetos vastos em espaços ilimitados, sendo mais instável e audaz; e o trabalhador, que visualiza os obstáculos antes do objetivo final, acredita no esforço lento e compensador, atribuindo valor moral do trabalho, acreditando na estabilidade, na segurança e no esforço pessoal. Assim, o colonizador português se identificava com o espírito aventureiro, havendo uma busca por “prosperidade sem custo, de

títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis” (HOLANDA, 1995, p. 44). Todavia, tanto entre os portugueses quanto os espanhóis viu-se a injustiça social proveniente de privilégios, em especial os hereditários, juntamente com a importância do prestígio social (HOLANDA, 1995).

A colonização portuguesa encontrou a distribuição de terras como ponto de apoio (FAORO, 2001). A estrutura de capitanias hereditárias, em que o Rei cedia terras para exploração e os donatários tinham autoridade e jurisdição civil e criminal sobre estas como suas propriedades, surgiu como uma herança do sistema feudal “por dois requisitos: a) transmissão da propriedade plena e hereditária e b) a fusão da soberania e da propriedade” (DUARTE, 1939, p. 42), representando uma delegação pública de poderes, uma entrega de boa parte da atividade à iniciativa privada e particular, como um “aperfeiçoamento do sistema das feitorias” (FAORO, 2001, p. 135), em que o poder público se restringia à vigilância e ao controle (FAORO, 2001). Como consequência, na esfera rural, os engenhos se apresentavam como estruturas completas com a figura de autoridade máxima representada pelos proprietários de terras; e imbricada nisso a estrutura familiar se manteve intacta a qualquer força, em seu papel de poder e exigência, com clara e imutável hierarquia e estrutura de autoridade. Pela falta de estruturas intermediárias entre o meio rural e urbano, e de uma classe burguesa urbana, os senhores de terras passaram a fazer parte da nova estrutura política urbana, mantendo os antigos elementos do sistema senhorial rural (HOLANDA, 1995), ao absorver parte das funções do Estado (CARVALHO, 2002). A estrutura patriarcal familiar serve como modelo para as relações, paternalistas, que se estabelecerão na vida política, entre governantes e governados. Constrói-se, desta forma, a figura do “homem cordial”, motivado pelas emoções e pelas relações pessoais. Assim, se percebe um padrão em que as estruturas privadas prevalecem às públicas (HOLANDA, 1995).

A colonização levou ao extermínio e escravização de milhões de indígenas, e, posteriormente, a grande exigência de mão-de-obra para exploração do açúcar levou à escravização dos africanos, tráfico que iniciou na segunda metade do século XVI e foi continuada até 1850, 28 anos após a independência (CARVALHO, 2002). A grande massa de trabalhadores era constituída de homens negros escravos, os quais estavam submetidos ao estigma social, em contraponto aos indígenas que tiveram sua liberdade civil reconhecida – ainda que tutelada. A escravidão e a hipertrofia na agricultura latifundiária inibiram qualquer

tipo de cooperação nas atividades produtoras, diferentemente da América Espanhola, em que já se desenvolviam agremiações para diferentes ofícios, formando organizações sociais cooperativas mais estruturadas. Quando ocorria alguma espécie de atividade coletiva, não tendia para uma cooperação constante e disciplinada (HOLANDA, 1995, p. 60). Assim:

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p. 61).

Os escravos não eram considerados cidadãos e não dispunham de direitos civis básicos, e, mesmo quando libertos não tinham condições para exercê-los, especialmente o direito à educação. Por parte dos senhores de engenho, estes não dispunham da mínima consciência da noção de cidadania, baseada na ideia de igualdade entre todos. Como o poder do Rei tinha alcance limitado, seja por falta de autoridade, pelo acesso a lugares mais afastados, ou pela oposição da justiça privada dos grandes proprietários, que a utilizavam como instrumento de poder pessoal. Ao cidadão comum restava recorrer à proteção dos senhores, enquanto mulheres e escravos já se encontraram sob sua jurisdição privada. Assim, as autoridades e os grandes proprietários tinham uma relação de dependência mútua, em que o poder do Estado e o poder privado dos proprietários se confundiam, não existindo um poder público que garantisse o direito dos cidadãos (CARVALHO, 2002).

Os espanhóis constituíram núcleos populacionais estáveis e organizados, através da construção de cidades, regidas por uma legislação e sob o comando da Igreja e das autoridades civis, diferentemente dos portugueses que se mantiveram no litoral sem a realização de grandes obras, visto que buscavam benefícios sem sacrifícios. Além disso, em relação à difusão da educação superior, na América Espanhola estimativas apontam para 150 mil indivíduos até a independência, em detrimento do Brasil, em que havia um número ínfimo de graduados (HOLANDA, 1995), enquanto a primária foi conduzida pelos jesuítas até a sua expulsão em 1759, quando passou para o governo que se encarregou dela de modo inadequado, de modo que em 1872 apenas 16% da população brasileira era alfabetizada (CARVALHO, 2002).

Diferentemente da América Espanhola, a independência do Brasil não contou com guerras de libertação, sendo relativamente pacífica, tratando-se de uma negociação entre Portugal, a elite nacional e a Inglaterra. Assim, a Proclamação da Independência em 1822 não se viu acompanhada de uma tradição cívica encorajadora. Não havia uma sociedade política nem cidadãos, pois a maioria da população encontrava-se excluída dos direitos sociais e políticos, não havendo um mínimo senso de nacionalidade além de encontrar-se uma “população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (CARVALHO, 2002, p. 18). Ainda que com a Constituição de 1824, tenha havido um período com um voto mais amplo – a renda e o analfabetismo não excluía a população, durando quase até 1881 – devido à quase totalidade da população viver em zonas rurais sob a influência dos grandes proprietários de terras, havia uma grande pressão sobre os votantes, que não tinham liberdade real de voto, pois se tratava da disputa pelo domínio político local (CARVALHO, 2002).

b) República Velha e coronelismo

Tampouco a Proclamação da República, em 1889, mudou o cenário político, visto que o povo apenas a assistiu bestializado, seguindo uma tendência em que o Estado aparece como algo externo ao indivíduo, que se mostra mais em uma posição de súdito do que propriamente de cidadão, que se vê “como objeto da ação do Estado e não de quem se julga no direito de influenciar” (CARVALHO, 1987, p. 147). Desde 1881, com a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, uma porcentagem ínfima da população participava dos processos eleitorais, de modo que a Primeira República (1889-1930) não trouxe mudanças significativas em relação à representação política (CARVALHO, 2002).

A formação da primeira Constituição, de 1891, envolveu o debate entre um modelo com predomínio da União ou do federalismo, e entre o presidencialismo e o parlamentarismo, e o período que segue, de governo dos marechais, foi marcado por revoltas federalistas, mais fortemente no Rio Grande do Sul (IGLÉSIAS, 2006). Em uma sociedade de maioria analfabeta, pobre e marginalizada dos processos sociais, com uma clara divisão entre governo e sociedade, a partir de 1894 marca-se o início da “política dos governadores”, ou “política dos estados”, um momento de conciliação e acordo entre os grupos dominantes do país, em que o presidente fazia acordos com os governadores em troca de apoio político, retribuindo com apoio a todas as políticas dos estados, especialmente a nomeação de funcionário, feita

por indicação dos chefes regionais. Outro acordo estabelecia o predomínio político de Minas Gerais (maior contingente eleitoral) e São Paulo (poder econômico), o conhecido esquema “café-com-leite”, que se alternavam na presidência do país. Essa distorção do federalismo organizava uma estrutura hierárquica dos estados de acordo com a sua posição, levando ao poder das oligarquias (IGLÉSIAS, 2006). Assim, nesse período:

Continuaria a operar a mesma prática imperial, em que as ficções constitucionais assumem o caráter de um disfarce, para que, à sombra da legitimidade artificialmente montada, se imponham as forças sociais e políticas sem obediências às fórmulas impressas (FAORO, 2001, p. 557).

Juntamente com as oligarquias, aparece o coronelismo como máxima expressão do privado (IGLÉSIAS, 2006), e se constituiu de um reflexo da existência de uma estrutura econômica social inadequada no Brasil – uma população de maioria rural somada à grande desigualdade social. Apesar do crescimento da pequena propriedade, a concentração de terras manteve-se nas mãos de grandes proprietários. Visto o sistema representativo, havia uma grande dependência do governo em relação ao eleitorado rural, pois este era necessário para que o governo pudesse se eleger (LEAL, 1993).

Associados ao coronelismo encontravam-se o mandonismo, que confunde poder político e econômico (IGLÉSIAS, 2006), o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais. Essa organização econômica rural baseava-se no voto de cabresto, comandado pelo coronel, que ganhava prestígio político – afirmando seu privilégio econômico e social como dono de terra –, além de resumir importantes instituições sociais, em contraste com o roceiro que, por viver em péssimas condições, via o fazendeiro como um benfeitor e, por receber favores, apoiava o coronel na política. Como a grande maioria dos eleitores encontrava-se indiferente à eleição, ia pela insistência e pelos benefícios. Assim, a ausência de poder público tem como consequência a atuação do poder privado, o qual preservava os coronéis que exerciam funções de Estado para seus dependentes. Essa relação se dava também entre os chefes municipais e os chefes políticos estaduais e federais, visto a relação de poder baseada em reciprocidade, enquanto os coronéis e chefes locais fornecem eleitores para o governo, esses devolvem com favores e empregos, além de uma autonomia extralegal dada aos chefes municipais governistas (LEAL, 1993).

O período contou com um grande crescimento populacional, e econômico, com o aumento significativo da atividade industrial (IGLÉSIAS, 2006), concentrada nas capitais

(CARVALHO, 2002), e nos bens de consumo, além de grandes fluxos migratórios e uma mudança para o trabalho assalariado, sendo discutível se foi acompanhado de desenvolvimento. Assim, ainda na República, aparece o elemento da reivindicação social, com o surgimento de partidos políticos, de organizações assistenciais como os sindicatos, de reivindicações operárias e greves, ainda que precários e tímidos (IGLÉSIAS, 2006). Ainda que a classe operária estivesse em formação, representava uma maior diversidade social e política e já encontrava repressão dos patrões e do governo. Os direitos sociais, em geral, ficavam por conta de associações particulares – especialmente as de caráter religioso, herança do período colonial (CARVALHO, 2002). Apesar de alguns avanços, o padrão geral foi o de desencanto com a República por parte da população (IGLÉSIAS, 2006), encontrando-se ainda algumas revoltas populares no período, como a Revolta da Vacina, sobre as quais:

[...] verifica-se que, apesar de não participar da política oficial, de não votar, ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas (CARVALHO, 2002, p. 75).

Assim, percebe-se que mesmo quando ocorriam manifestações por parte da população, estas se davam por insatisfações com o governo e defesa de liberdades individuais, e não motivadas por uma consciência política coletiva, de modo que:

[...] até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2002, p. 83).

c) A Era Vargas e o populismo

A Primeira República representou o predomínio dos interesses agroexportadores, em especial dos produtores de café, através das elites paulista e mineira, mantendo um desequilíbrio regional e fraca integração nacional. Os partidos políticos formados não representavam correntes nacionais, e estavam relacionados à disputa de facções, de modo que a democracia tinha caráter apenas formal, e a representação era impedida por elementos como

a falsificação do voto, que era descoberto, e o voto por distrito, submetida ao poder dos governadores e presidente e seus arranjos que determinavam os candidatos. Juntamente com os problemas econômicos trazidos pela dependência externa e pela superprodução cafeeira, aparecem a Aliança Liberal (grupo de pressão dos estados não contemplados pelos interesses da indústria do café, especialmente o Rio Grande do Sul) e o tenentismo (setores do Exército descontentes com a situação, atuantes desde a década de 1920), representando aspirações e reivindicações das classes médias urbanas, o que, juntamente com a quebra do acordo entre SP e MG, com a candidatura de Getúlio Vargas (RS) à presidência, levam à Revolução de 1930 e à chegada de Vargas ao poder (FAUSTO, 1985).

O ano de 1930 representou grandes mudanças, sociais e políticas, para o Brasil, especialmente na questão dos direitos sociais, com a criação do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas, e a introdução do voto secreto e da Justiça Eleitoral e o direito ao voto para mulheres no âmbito político. Entretanto, no campo político, a fase revolucionária foi até 1934, seguida por um período de instabilidade ao alternar ditaduras e regimes democráticos, visto que, em 1937, Vargas, juntamente com os militares, dá um golpe e inicia um regime ditatorial que segue até 1945, o Estado Novo, em que muitos direitos civis foram suspensos como a liberdade de expressão e de associação (CARVALHO, 2002). Além disso, os partidos políticos e o Congresso foram abolidos, acabando com as vias de intermédio entre o governo e as massas. Assim, apostou-se no controle social através de um Estado forte e da figura de um líder carismático, consolidando uma política de massas, cuja legitimação se deu por meio da propaganda, voltada para os setores populares, e do nacionalismo, a partir da construção de uma consciência nacional. O Estado Novo deslocou a questão social para o eixo do Estado, diferentemente do período anterior, porém reforçou o autoritarismo – que sempre esteve presente na sociedade brasileira – e “foi introduzida no país uma nova cultura política, que transformou a cidadania numa peça do jogo do poder” (CAPELATO, 2003, p. 140).

Após, o país tem sua primeira experiência democrática, com um crescimento da importância do voto, um avanço gradual de movimentos sociais independentes. Na medida em que surgiram movimentos de participação popular, foi também se formando maior identidade nacional. Tal período foi caracterizado pelo populismo, presente também em outros países da América Latina (CARVALHO, 2002), manifestando-se no final do Estado Novo e sendo constante até 1964. O populismo aparece como um fenômeno das regiões que

passaram por processos de urbanização, se diferenciando, em diversos aspectos, do coronelismo (WEFFORT, 1978). O segundo governo de Vargas, que volta ao poder através de eleições em 1951, é considerado “o exemplo mais típico de populismo no Brasil” (CARVALHO, 2002, p. 125). Sobre o populismo no Brasil:

[...] implicava uma relação ambígua entre os cidadãos e o governo. Era avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2002, p. 126).

d) O golpe de 1964 e o regime autoritário

O aumento da participação política levou a uma resposta defensiva, a partir da imposição de um regime ditatorial, com a supressão de direitos políticos e civis, através da violência (CARVALHO, 2002). O golpe militar de 1964, que levou Castelo Branco ao poder, se deu a partir da premissa de defender o país da corrupção e do comunismo, e restaurar a democracia. O regime, em grande parte do período, não assumiu abertamente seu caráter autoritário, visto a continuação do funcionamento do Congresso, exceto em pequenos períodos de tempo, de modo que há quem considere que “com exceção do período Médici, o Brasil pós-1964 se caracterizou mais por uma situação autoritária do que por um regime autoritário” (FAUSTO, 1996, p. 513). Entretanto, os direitos civis foram os que mais sofreram no período, com a suspensão do *habeas corpus*, as prisões arbitrárias, a tortura, e o cerceamento das liberdades de expressão e de associação (CARVALHO, 2002).

Em relação aos regimes militares, há três períodos a serem destacados. O primeiro, de 1964 a 1968, com Castelo Branco e o primeiro ano de Costa e Silva, contou com uma intensa repressão, gradualmente abrandada com o passar do tempo. O segundo, de 1968 a 1974, com o general Médici, representa o mais agressivo e violento em relação à repressão de direitos sociais e políticos, juntamente com um crescimento econômico jamais visto no país. Já o terceiro, de 1974, com Geisel, até a eleição indireta de Tancredo Neves, representa o início da gradual liberalização do sistema, em que aos poucos se revogam as leis repressão e cresce a oposição ao regime (CARVALHO, 2002).

O regime militar colocou fim ao populismo, não utilizando mais a classe operária como recurso de poder, e grupos como os operários – juntamente com estudantes e camponeses –, que haviam ganhado espaço no período anterior, perderam força (FAUSTO, 1996). Entretanto, os governos militares repetiram a estratégia do Estado Novo de ampliação dos direitos sociais – em especial na questão previdenciária –, em contraponto à supressão dos direitos políticos e civis, de modo que “o autoritarismo brasileiro pós-30 sempre procurou compensar a falta de liberdade política com o paternalismo social” (CARVALHO, 2002, p. 190). Neste contexto, o “milagre econômico” satisfazia a classe média urbana, compensando a perda de direitos políticos, situação que muda após 1974. Diferentemente do Estado Novo, a queda dos governos militares contou com grande participação popular, especialmente marcada pelo movimento das Diretas Já, atingindo proporções inéditas no país (CARVALHO, 2002), porém, pela distância entre as manifestações de rua e o Congresso, não conseguiram aprovar a emenda para realização de eleições diretas, sendo eleito Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral em 1985, não assumindo por motivos de saúde, sendo substituído por José Sarney, seu vice (FAUSTO, 1996).

e) Redemocratização aos dias de hoje

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, centrada na garantia dos direitos do cidadão – em especial direitos sociais –, aumentou o direito ao voto (o tornando facultativo para analfabetos e indivíduos entre 16 e 18 anos) (CARVALHO, 2002), além de institucionalizar mecanismos de participação direta da sociedade nos processos decisórios, através de canais como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular, especialmente no que diz respeito às políticas públicas:

A inscrição de espaços de participação da sociedade no arranjo constitucional das políticas sociais brasileiras apostou no potencial das novas institucionalidades em mudar a cultura política do país, introduzindo novos valores democráticos e maior transparência e controle social na atuação do Estado no tocante às políticas sociais (ROCHA, 2008, p. 136).

A eleição presidencial de 1989 contou com a vitória de Fernando Collor, um candidato que se apresentou como um “messias salvador” (CARVALHO, 2002, p. 203) que iria renovar a política nacional com suas virtudes morais, o que, juntamente com volta das eleições diretas, gerou grandes expectativas populares. Entretanto, Collor não encontrou condições de governabilidade, o que, somado à sua personalidade, suas medidas impopulares de combate à

inflação e escândalos de corrupção, levaram a um processo de impeachment, após grandes pressões por parte de protestos populares, que resultou em renúncia do presidente em 1992. O fato de o processo ter sido realizado dentro da lei representou um avanço das práticas democráticas, e, deu a sensação aos cidadãos de que podiam exercer algum controle sobre os governantes (CARVALHO, 2002).

Em relação a Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no plano econômico, no contexto de sucesso do Plano Real, seu primeiro governo é marcado pelo predomínio do liberalismo econômico, reduzindo a participação do Estado nas atividades econômicas, passando, em seu segundo governo, para uma lógica mais desenvolvimentista, ainda liberal (SALLUM JR, 1999). Resgatando a Constituição de 1988, que reestruturou as políticas sociais, garantindo direitos sociais como uma responsabilidade do Estado, FHC deu ênfase a tais políticas (DRAIBE, 2003), apesar de não ter incorporado as organizações sociais no espaço público (SALLUM JR., 1999).

O governo Lula (2003-2010) realizou uma recuperação do papel do Estado, assumindo um projeto de desenvolvimento nacional, neodesenvolvimentista, que resultou em crescimento econômico juntamente com distribuição de renda, tendo a política social como um eixo central (POCHMANN, 2011). Somado às mudanças no capitalismo contemporâneo, houve uma ampliação do acesso ao consumo por partes da população, entretanto, sem o acompanhamento de mudanças suficientes na distribuição de renda e na estrutura do poder, gerando uma reorganização da classe trabalhadora, passando a ser mais heterogênea e segmentada e, conseqüentemente, encontrou mais dificuldades em construir identidades para a ação coletiva. Assim, o governo de Lula, apesar de promover inclusão social, por meio de medidas como as políticas de transferência de renda, a disponibilização e incentivo ao crédito, a valorização do salário mínimo, entre outras, a estrutura social ainda é condicionada pela ordem econômica e política (KREIN, 2014).

Por fim, Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com a maioria de votos, governando de 2011, e passando pela reeleição em 2014, até seu impedimento em 2016. Com a crise econômica, e ao não cumprir promessas com a base eleitoral, perdeu apoio e teve uma desaprovação popular ascendente, agravada por uma forte campanha anti-PT (Partido dos Trabalhadores, do qual faz parte), especialmente por parte dos meios de comunicação e da classe média alta urbana que, estando mais numerosa e politizada, conseguiu utilizar-se de sua

capacidade comunicativa e de coesão ideológica perante a sociedade em geral para reforçar o movimento anti-petista e a favor do impeachment da presidenta. Neste cenário, o governo, nunca organizou ou mobilizou forças coletivas ao seu favor, nem aproximou os movimentos sociais. A redistribuição de renda havia gerado resultados, porém, em geral, isolados e mais individuais, e por mais que o aumento do salário mínimo tenha aumentado o acesso aos direitos formais de emprego, não foi acompanhado por um aumento da sindicalização. Assim, com a crise política do PT, e sem contar com apoio popular que fosse contra às pressões das elites do país (ANDERSON, 2016), a presidenta acaba sofrendo um impeachment em 2016.

4.2.2 Cultura política e participação no Brasil

O Brasil tem apresentado altos índices de desconfiança em relação ao governo e seus representantes e uma indicação para a ausência de capital social, além da solução negociada de problemas sociais. No país, os regimes democráticos têm coexistido com forças oligárquicas que acentuam a desigualdade e a exclusão social, ao favorecer minorias no poder, de modo que “as elites políticas dos principais partidos são vistas como corruptas, auto-interessadas, desonestas e que não trabalham para o bem do país” (BAQUERO, 2004, p. 175), resultando na descrença dos cidadãos em relação às instituições do Estado (BAQUERO, 2004).

Apesar de alguns avanços econômicos, o país continua encontrando precariedade social e econômica, gerando desigualdade de oportunidades e uma camada de cidadãos excluídos, o que gera atitudes negativas por parte dos brasileiros. Encontram-se altos níveis de ceticismo político (BAQUERO, 2008), visto que há insatisfação com a democracia e desconfiança em relação às instituições, pois o sistema político não atende às expectativas dos cidadãos, que não sentem que seus direitos de representação e participação sirvam como canais efetivos para combater problemas como a corrupção (MOISÉS, 2008). A corrupção, um dos problemas do sistema político brasileiro, diminui a confiança entre os indivíduos e em relação ao governo, elementos chave para uma boa qualidade de uma democracia. Por destruir a confiança, a corrupção leva os cidadãos a se afastarem da esfera pública, focando-se nos próprios interesses, diminuindo ações coletivas e a confiança em instituições públicas (POWER e TAYLOR, 2011).

Ao longo do século XX, o país teve um aumento significativo no número de práticas participativas (AVRITZER, 2008), e, especialmente no período da redemocratização, surgiram e se expandiram novos canais institucionalizados de participação, por exemplo, o orçamento participativo, iniciado em Porto Alegre em 1989, e, posteriormente, expandido para outras cidades e países (FEDOZZI e MARTINS, 2015). Entretanto, Danigno (2004) ressalta a existência de uma “confluência perversa” (DANIGNO, 2004, p. 96) entre um projeto de alargamento da democracia, com a expansão de espaços públicos de participação civil nos processos de tomada de decisões políticas, e um projeto neoliberal que pensa um Estado mínimo sem seu papel de garantir direitos, diminuindo suas responsabilidades sociais, também se utilizando de conceitos como democracia e participação, porém dando outros significados a eles. Desloca-se, por exemplo, a ideia de sociedade civil para uma maior associação com Organizações Não Governamentais do que com movimentos sociais e organizações de trabalhadores, assim como a de participação para uma perspectiva mais individualista voltada para o trabalho voluntário e a responsabilidade social, em detrimento de uma concepção coletiva, corroendo “referências à responsabilidade pública e interesse público, construídas com tanta dificuldade pelas lutas democratizantes do nosso passado recente”, ao despolarizar determinados conceitos (DANIGNO, 2004, p. 108).

Há uma relação dessa reconfiguração de significado com as mudanças de valores, visto que, conforme Ribeiro (2008), no contexto brasileiro há uma tendência de que valores pós-materialistas estejam relacionados a uma maior preferência pela democracia no caso nacional, mesmo em um contexto socioeconômico e político distinto, marcado por desigualdades acentuadas. Entretanto, encontram-se peculiaridades na questão da participação, pois as formas tradicionais ainda apresentam grande significância, mesmo entre os que dispõem de valores pós-materiais. A pesquisa tampouco encontrou cidadãos mais críticos quando ligados a valores pós-materialistas em comparação com materialistas, visto que ambos apresentam altos níveis de desconfiança e insatisfação. Assim, apesar de coerente, a abordagem em questão deve ser aplicada cuidadosamente em democracias jovens, levando em consideração seu contexto específico (RIBEIRO, 2008).

Há características gerais da crise de representação que vem ocorrendo a nível internacional, tais como uma maior desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas e o esvaziamento dos partidos políticos. No Brasil, o descontentamento com a classe

política é generalizado, visto que as estruturas formais da democracia não têm conseguido resolver os problemas da desigualdade e exclusão social (LUCHMANN, 2007). O Brasil apresenta uma cultura política híbrida, visto que nas dimensões procedimentais formais e informais, tradicionalmente, as instituições políticas carecem de legitimidade e credibilidade. Há um discurso que favorece os aspectos formais da democracia e gera a ideia de que com o estabelecimento da democracia formal, os problemas da sociedade são resolvidos. Os aspectos formais são necessários para fortalecer o processo democrático, porém é preciso que sejam acompanhados pela ideia de justiça social. A democracia não se constitui apenas de elementos formais, visto que há outros componentes importantes como uma cultura política cidadã com práticas participativas, sendo importante que os cidadãos ajudem a desenvolver o desenho institucional e não apenas reajam passivamente às situações impostas (BAQUERO, 2008).

O autor Mário Fuks (2011) apresenta como a participação política por parte dos indivíduos é influenciada, também, pelos processos de socialização política, especialmente na juventude. Assim, elementos como a estrutura familiar e o ambiente escolar impactam no comportamento político dos jovens e, posteriormente, dos adultos, além de elementos como a escolaridade e o engajamento político dos pais, juntamente com seu envolvimento em atividades associativas (FUKS, 2011). Assim, no Brasil, variáveis como o tipo de escola e, conseqüentemente, o nível socioeconômico, aparecem como influenciadores da participação política dos indivíduos.

No Brasil, os movimentos sociais foram fundamentais para consolidar uma estrutura participativa, especialmente na área de políticas públicas, a partir de conexões com atores institucionais, situados dentro da esfera estatal, como sua estratégia de mudança social. Com um novo arranjo participativo estabelecido com a Constituição de 1988, os movimentos sociais lutaram para expandir e inserir suas demandas dentro dessas estruturas. O projeto político dos governos tem sido uma das variáveis que impactam na qualidade e resultados da participação, visto que governos com uma agenda mais à esquerda tendem a viabilizar e valorizar mais os espaços de participação, e neles os movimentos tendem a aproveitar mais os espaços disponibilizados pela via institucional (TATAGIBA, 2011). Há múltiplas visões sobre a efetividade das instituições participativas (IPs) no Brasil, e enquanto algumas apontam que elas influenciam na redistribuição de ativos e bens públicos, democratizando o acesso a diversos serviços e afetando o bem-estar social, outras indicam seu papel na transformação do

caráter cívico dos cidadãos e na mudança da cultura política. Observam-se, então, distinções na estrutura e resultados das IPs em diferentes regiões e cidades do país (PIRES *et al.*, 2011).

4.3 O CASO DA COLÔMBIA

Nesta seção serão apresentados aspectos centrais da história colombiana, desde o período colonial até a atualidade, de modo a verificar os elementos centrais que influenciaram na construção da cultura política do país. Na sequência, serão apresentados os pontos principais sobre cultura política, capital social e participação política da Colômbia, relacionando-os com as questões históricas levantadas.

4.3.1 Perspectiva histórica

a) Colonização e independência

A Colômbia colonial, assim como o império espanhol em geral, apresentou uma estrutura centralizada na figura do Rei e seus conselheiros da Espanha, especialmente o Conselho das Índias – instituição mais importante depois do Rei – que contava com funções e atribuições legislativas, executivas e judiciais. Na América, existiam os Vice-reis como autoridades mais altas, cada um com uma Audiência (semelhante ao Conselho das Índias, em menor escala e a nível americano), e as Capitanias Gerais como a segunda instituição mais importante (BUSHNELL, 2004). Assim, é possível perceber que a construção colonial foi baseada no próprio modelo espanhol, com a implementação das mesmas estruturas análogas às espanholas na América.

Por quase todo o período colonial, a Colômbia fez parte do Vice-reinado do Peru, mas por se localizar longe da capital, Lima, foi designado um Capitão Geral para este território conhecido como Nova Granada, inicialmente juntamente à Venezuela, sendo a Capitania elevada a Vice-reinado em 1717, rompendo seus laços com o Peru. Já a nível territorial, havia províncias com seus respectivos governadores, e para os governos locais existiam os Conselho Municipais (*cabildos*). Em relação a esses:

Los miembros del Cabildo eran elegidos de manera no democrática, muy a menudo por alguna forma de nombramiento sumario; pero por lo menos se trataba de residentes locales, fueran españoles nacidos en Europa o fueran criollos. El Cabildo era entonces la única institución del gobierno colonial que tenía cierto carácter

representativo. El sistema como totalidad, además, aunque a menudo marcado por la corrupción, la ineficacia y el abuso, no era ni mejor ni peor que la mayoría de los sistemas de gobierno que había por aquella época en el mundo entero (BUSHNELL, 2004, p. 31).

Os interesses da Espanha na América estavam centrados em dois pontos centrais: o ouro (e os metais preciosos) e a força de trabalho nativa. Nova Granada era um território que ainda contava com diversas áreas povoadas por “fazendeiros sedimentares que já estavam acostumados a uma organização social e política rudimentar” (BUSHNELL, 2004, p. 32, tradução própria), de modo que os espanhóis se estabeleceram como classe dominante, impondo suas regras e sistema de controle estrangeiros. O sistema de exploração mais importante da colônia foi a “encomenda”, no qual os índios eram entregues aos cuidados de um espanhol para ser ensinados e civilizados através dos ideais da Igreja Católica, enquanto tinham que pagar impostos em forma de trabalho ou bens ao seu senhorio. Entretanto, com a conquista e exploração ocorreu uma “catástrofe demográfica” (BUSHNELL, 2004, p. 32) na população nativa devido à dissolução de suas relações tradicionais, ao trabalho excessivo e às doenças europeias, ainda que tenha havido uma grande assimilação por parte dos indígenas. Assim, a presença europeia foi responsável por profundas rupturas nas sociedades americanas nativas, com a destruição dos valores e estruturas destas sociedades, o que contemplava desde sua organização familiar até seu sistema hierárquico (RUIZ, 1976).

Outra característica central da dominação espanhola foi a utilização da religião católica como método de colonização, já que “a Igreja desempenhava um importante papel mediador entre o Estado, a sociedade hispânica e as comunidades indígenas dos altiplanos andinos, que haviam sido cristianizadas, ao menos superficialmente, pouco depois da conquista” (RUIZ, 1976, p. 40, tradução própria). Além disso, a Igreja era proprietária de um grande número de propriedades rurais e urbanas, tendo muito poder e riqueza, sendo ainda mais forte na Nova Granada do que em outras colônias, pois contava com uma sólida base institucional e sua posição competia até mesmo com o Estado (BUSHNELL, 2004).

O contexto que antecede as independências na América centra-se na crise da monarquia na Europa e nas revoluções burguesas, além dos conflitos entre Espanha e França, assim como problemas internos na própria Espanha. Já no cenário interno da colônia, se destacavam alguns elementos: o crescimento econômico e demográfico gradual, a presença de

uma maioria de brancos crioulos¹ e não espanhóis peninsulares – os quais eram discriminados em aspectos como cargos administrativos e assuntos comerciais, causando descontentamento entre eles – e a rivalidade entre os dois grupos, o questionamento sobre a falta de representação do povo na estrutura institucional, entre outros (LAROSA e MEJÍA, 2011; BUSHNELL, 2004).

Depois de diversas revoluções, em julho de 1810, os colombianos assinaram sua Carta de Independência, estabelecendo autonomia da Espanha e da monarquia. Apesar de ter existido diversas manifestações entre as províncias, estas não foram feitas de modo unificado, o que levou ao período conhecido como Pátria Boba, com um forte regionalismo e grande dificuldade em unir todo o território, de modo que ocorreram diversas guerras civis e regionais entre grupos que desejavam sistemas políticos distintos: federalistas, centralistas ou fiéis ao rei. Entre 1815 e 1816 ocorreu o retorno dos espanhóis e a volta de seu domínio, a partir de perseguições conhecidas como o “Regime do Terror”, terminando com o período de independência colombiana. Entretanto, com a continuação da Campanha Libertadora de Simón Bolívar na América, em dezembro de 1819 é declarada a República da Colômbia (ou Grã-Colômbia), com a elaboração de sua Constituição em 1821 no Congresso de Cúcuta, elegendo o centralismo unitário que depois, com a separação dos territórios da Venezuela e do Equador, em 1832, passa a se chamar República da Nova Granada (LAROSA e MEJÍA, 2011).

b) Liberais e conservadores

Desde o período da independência, começa a se desenvolver uma forte dicotomia de pensamentos que, posteriormente, vai representar a divisão ideológica e política central da Colômbia até os dias atuais, sendo esta entre liberais e conservadores. Com a revolução de 1810, criou-se uma divisão entre os que queriam a independência e a república e os que apoiavam a monarquia e as relações com a metrópole. Entretanto, o partido da independência dividiu-se internamente entre federalistas e centralistas, o que possibilitou a reconquista espanhola e, mesmo entrando em acordo, depois fizeram parte de uma nova divisão entre bolivarianos e liberais. Mesmo com os liberais sendo vitoriosos, ainda existia uma dualidade

¹ No contexto colonial, chamava-se de crioulos os brancos de origem ibérica, nascidos na Espanha, havendo uma disputa entre brancos nativos e crioulos, devido ao tratamento distinto dado aos dois grupos.

dentro deles próprios entre o que hoje seria diferenciado como liberais conservadores e radicais (JARAMILLO URIBE, 1916).

A República de Nova Granada contava com instituições políticas liberais e uma Constituição formal também liberal e republicana, estabelecendo um período de estabilidade no país. Entretanto, sua unidade política era débil e apenas uma minoria da população foi afetada pela estrutura política, de modo que a ideia abstrata de nação não ultrapassou as regiões e províncias na percepção dos cidadãos. Um exemplo foi a Guerra dos Supremos (1839-1842), uma revolta dos cidadãos da cidade de Pasto e arredores contra a intromissão do governo central em assuntos locais. A República também apresentava grande desigualdade social e econômica, com escassez de recursos e falta de articulação entre as regiões (LAROSA e MEJÍA, 2011; BUSHNELL, 2004).

Da Guerra dos Supremos consolidou-se um alinhamento – já existente antes – entre linhas políticas de pensamento, formando partidos políticos, ainda que a maioria dos cidadãos estivesse excluída legalmente da participação ativa na política eleitoral deste período. Contudo, “os chefes políticos buscavam o apoio dos que não podiam votar para organizar manifestações, intimidar seus adversários e combater nas guerras civis” (BUSHNELL, 2004, p. 136, tradução própria). Alguns dos conflitos que se encontraram nos períodos seguintes estavam centrados nas seguintes questões: a tendência centralista em Bogotá contra os interesses regionais; a luta da Igreja Católica – que apoiava os conservadores, adotando, em geral, seu programa sociopolítico – para manter seu poder e controle sobre o sistema de educação.

Em 1849, chega à Presidência o liberal José Hilario López e continua com as políticas modernizantes, alcançando a abolição da escravidão em 1851 e, ao expulsar os jesuítas em 1850 e abolir o fórum eclesiástico, acabou ganhando a inimizade da Igreja. Em 1854, uma curta guerra civil surgiu dos desacordos dentro do Partido Liberal e assegurou o poder aos conservadores na liderança de Mariano Ospina Rodríguez. Entretanto, Ospina encontrou dificuldades em governar o país a partir de Bogotá, devido às dissidências regionais, visto que as leis da capital eram ignoradas, existia pouca comunicação e as elites locais acabavam por exercer o real poder nas regiões mais distantes. No Vale do Cauca, o General Mosquera era a principal força, e, por incapacidade de controle de Ospina, ele acaba se rebelando através de uma guerra civil que foi de 1860 a 1862, a qual termina com a vitória de Mosquera e a tomada

de poder pelos liberais radicais que escrevem uma nova constituição, federalista e anticlerical, que proibia a reeleição após um período de dois anos (BUSHNELL, 2004). O período de 1886 a 1930 marca uma hegemonia conservadora, em que foi aplicada uma tentativa de “regeneração” da sociedade (tornando o período conhecido como Regeneração), conferindo um papel central à Igreja na educação e na regulação da vida coletiva – em resposta à anterior mobilização de setores populares por parte dos liberais – juntamente com uma valorização dos europeus, em detrimento dos indígenas, negros e mestiços do país (LA ROCHE, 1993). Até o final do século XIX, a vida política na Colômbia teve como padrão as disputas entre liberais e conservadores, marcadas por uma série de guerras civis, como a Guerra dos Mil Dias, em 1899, um “massacre partidário [...] que sem significar a vitória real nem dos liberais nem dos conservadores, estabeleceu o precedente de um perigoso padrão na política do século XX: a exclusão política como catalizadora do conflito armado” (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 108, tradução própria; BUSHNELL, 2004).

Com a separação do Panamá em 1903, “os colombianos começaram a se preocupar com a recorrência de conflitos atrozes em seu país, e consentiram entrar no que se chamou de ‘A nova era de paz e café’” (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 110, tradução própria). Nesta fase, os partidos conseguiram chegar a um debate e competição pacíficos, além de uma economia crescente com grandes lucros, provenientes especialmente do café. Além disso, depois da Primeira Guerra Mundial, houve muitos investimentos em infraestrutura, de modo que, até uma breve guerra com o Peru em 1932, esse período representou uma paz relativa no país, sem declaração de guerras formais.

c) Os novos conflitos

Apesar da prosperidade do período, em sequência, com o fim da hegemonia conservadora de aproximadamente 45 anos, com a vitória liberal nas eleições de 1930, três fatores marcaram os novos conflitos, ocasionando o final da “Nova Era de Paz e Café”: as condições de trabalho, a concentração de propriedade e a disputa por terra, assim como a demanda dos pobres por reformas do governo; o conflito com o Peru, que gerou indignação e um patriotismo nunca antes visto (LAROSA e MEJÍA, 2011). A República Liberal (1930-1946) avançou nos processos de modernização e democratização, com o reconhecimento de direitos políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora, o que levou à consolidação das leis trabalhistas (LA ROCHE, 1993). Houve a ascensão de líderes populistas na América

Latina, que buscaram garantir os direitos dos mais pobres (LAROSA e MEJÍA, 2011), entretanto o populismo não encontrou tanta força, em comparação com outros países latino-americanos, visto que não conseguiu se construir um nacionalismo político ou discursivo (LA ROCHE, 1993). Ainda assim, o líder populista da Colômbia foi Jorge Eliécer Gaitán e era o candidato favorito das eleições presidenciais de 1950, entretanto acabou sendo assassinado em Bogotá em 1948 (LAROSA e MEJÍA, 2011), representando uma grande frustração coletiva para os colombianos, especialmente para os setores populares que tinham grandes expectativas em relação ao candidato (LA ROCHE, 1993), o que levou a uma revolta conhecida como o “Bogotazo”:

A violência política urbana de 9 de abril se relacionou com a violência política rural, com aumento desde as eleições de 1946, quando o retorno dos conservadores pareceu implicar uma volta ao passado, nos dias de hegemonia conservadora do século XIX. Por sua parte, os políticos liberais, ao haver aproveitado o poder por dezesseis anos, se recusavam a serem cidadãos subordinados. [...] Com Gaitán fora do jogo, uma desordem progressiva se consolidou e expandiu, adquirindo rapidamente dimensões incontroláveis (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 113, tradução própria).

Assim, o candidato conservador Laureano Gómez acaba ganhando as eleições, mas os liberais não o reconheceram como governante legítimo depois do que havia acontecido com o seu candidato, o que servia de justificativa para qualquer ato de violência. A violência entre os dois grupos havia crescido antes mesmo do processo eleitoral, e se intensificou ainda mais depois. O período de 1946 a 1957 é conhecido como “A Violência” e pode-se dizer que a sua principal causa tenha sido a rivalidade partidária (BUSHNELL, 2014). O período também resultou na desarticulação dos movimentos sociais, afetando principalmente o movimento camponês e as organizações de trabalhadores, a partir da intolerância antiliberal e anticomunista, além da ausência de garantias para a ação política e sindical (LA ROCHE, 1993). Neste período, havia dois grupos governistas conhecidos como os “chulavistas” e os “passáros” que cometiam assassinatos e assaltos ao grupo oposto, o qual também se organizava em grupos guerrilheiros e simpatizantes para garantir sua proteção. Esse fenômeno foi predominantemente rural. Não ocorreu apenas a perseguição política, mas também a religiosa, centralmente de uma minoria de protestantes na Colômbia, erroneamente associados com os liberais (BUSHNELL, 2004). Além disso:

[...] os assassinatos por vingança, o roubo de gado e as grandes disputas familiares e territoriais determinaram a realidade de extensas partes da Colômbia andina e rural, e o governo distante era, por sua vez, incapaz e reticente a colocar fim a tudo isto. É possível que 80% das vítimas da Violência, quase duzentos e cinquenta mil pessoas

assassinados durante o período 1946-1960, foram homens, jovens e pobres. A Violência mostrou uma grave desconexão entre os colombianos urbanos e rurais, e entre os ricos e os pobres, além de realçar o perigo de se demonizar os adversários políticos (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 114, tradução própria).

E continua:

Com a volta ao poder dos conservadores, [...] se produziram alguns retornos ao velho espírito da Regeneração, a uma concepção paternalista e cristã das relações de trabalho, ao modelo de organização social baseado na família patriarcal e na religião, à educação católica como eixo central do sistema educativo [...], ao fanatismo religioso e ao espírito reacionário frente à mudança, e à anti-modernidade [...], especialmente no governo de Laureano (LA ROCHE, 1993, p. 120).

Como solução para A Violência, e depois de um período de ditadura militar iniciada em 1953 por Gustavo Rojas Pinilla, surge em 1958 (até 1978) a Frente Nacional, um regime de coalizão bipartidarista entre os partidos Liberal e Conservador, como uma tentativa de conciliar as duas visões. Esta “Frente Civil” foi aprovada em plebiscito com 95,2% de votos favoráveis. A Revolução Cubana de 1959 representou uma esperança aos que questionavam a política tradicional, e a criação da Frente Nacional fez com que os que eram contrários a ela tivessem que se organizar por fora da estrutura dos partidos tradicionais, resultando em grupos insurgentes de esquerda como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) (BUSHNELL, 2004; LAROSA e MEJÍA, 2011).

As FARC se formaram em 1964 e se caracterizam como um movimento de origem rural, nascendo “como resultado da frustração das lutas agrárias das décadas de 1930 e 1940, lutas que não conseguiram mais do que repressão por parte do Estado” (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 117, tradução própria). Ainda que nos anos 1990 tenham chegado a algo entre quinze e vinte mil homens, tiveram uma diminuição em proporção, chegando a menos de seis mil homens. Para financiar as suas operações nos últimos vinte anos, utilizaram o sequestro, a extorsão e a proteção ao narcotráfico (LAROSA e MEJÍA, 2011). No ano de 2016, assinaram um acordo de paz com o presidente Santos, conforme veremos posteriormente nesta seção.

Com a presidência de Julio César Turbay, no final dos anos 1970, e o decreto de um “estado de sítio”, houve diversos assassinatos extrajudiciais, prisões ilegais e violações dos direitos humanos. Nos anos 1980, com o governo de Belisario Betancur, houve a primeira tentativa de diálogo com os grupos insurgentes para chegar à paz, o que se deteve com a tomada do Palácio de Justiça pelo grupo M-19 em 1985. O M-19 (Movimento 19 de Abril)

surgiu como uma guerrilha urbana quando ocorreram as eleições fraudulentas de 1970 em que, ainda que o candidato da ANAPO (Aliança Nacional Popular) deveria ter vencido, ganha o representante conservador da Frente Nacional. Ainda assim, nas negociações de paz, em 1985, se criou um partido político, a União Patriótica (UP), baseado na convergência das principais forças de esquerda, incluindo o Partido Comunista. Assim que o partido conseguiu bons resultados nas eleições de 1986, começou o extermínio sistemático de membros do partido – especialmente por meio de agentes estatais e paramilitares –, considerado um genocídio que durou mais de vinte anos, gerando milhares de mortes.

Além disso, os anos 1980 foram marcados pelos narcotraficantes, especialmente Pablo Escobar e “a Colômbia se converteu no epicentro da exportação de drogas na América do Sul” (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 119, tradução própria). Com o assassinato do Ministro de Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, em 1984, o governo inicia uma guerra, que chega à duração de dez anos, contra os chefes do narcotráfico, sendo um período de grande violência. Ainda, nos anos 1980, surge um novo ator nos conflitos, a AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia) que se mobilizaram para tomar os territórios das FARC e do ELN, além de produzir drogas em um perfil mais baixo. Assim, até o final dos anos 1990:

[...] as FARC e o ELN combatiam o exército, as AUC as guerrilhas, o exército nacional ia contra todos eles, e os narcotraficantes contra o governo, ainda que, paralelamente, lutavam ou colaboravam com as guerrilhas. Era uma época confusa, e ao meio do caos e da desordem, à medida que aumentava o número de vítimas, o país parecia fora de controle (LAROSA e MEJÍA, 2011, p. 120, tradução própria).

d) O Plano Colômbia e os anos 2000

Em 1998, Andrés Pastrana Arango chega ao poder, um momento em que o país apresentava uma estrutura muito complexa de conflitos e a tentativa do “plano de paz” do presidente, de criar uma zona desmilitarizada, não obteve sucesso, preocupando os Estados Unidos. Assim, o presidente Bill Clinton aprovou um programa de ajuda, conhecido como o Plano Colômbia, de milhões de dólares focados no plano militar, a ser seguido por Bush. Com isso, a Colômbia se tornou o país que mais recebia ajuda dos EUA. Em 2002, o presidente Pastrana, então, enviou o exército à zona desmilitarizada, mas tampouco teve algum sucesso e por não conseguir controlar a situação, neste mesmo ano, chega ao poder Álvaro Uribe, que imediatamente tomou a ofensiva. A ajuda financeira dos EUA apenas crescia e Uribe decidiu

colocar as FARC, a AUC e o ELN em uma lista de terroristas, e realizou uma incursão ao Equador, onde acampavam as forças das FARC. Entretanto, os paramilitares continuavam a aterrorizar a Colômbia, perseguindo insurgentes de esquerdas, camponeses e sindicalistas. O Plano Colômbia realizou ações muito controversas e sujeitas a grandes críticas como a violação dos direitos humanos, assassinatos extrajudiciais e escândalos militares como os falsos positivos², assim como a fumigação dos cultivos ilícitos³, resultando em sérias consequências econômicas e sociais no país (LAROSA e MEJÍA, 2011).

Já em 2010, chega ao poder Juan Manuel Santos e realiza ações mais efetivas para uma real solução dos conflitos e para a conciliação nacional. O presidente assinou, em 2011, a Lei de Vítimas, reconhecendo as vítimas do conflito colombiano; reconheceu a omissão do Estado em relação ao genocídio de União Patriótica; e, principalmente, obteve grandes avanços nas negociações com as FARC (LAROSA e MEJÍA, 2011). Após quatro anos de negociações, iniciadas em Havana em 2012, entre o governo de Santos e as FARC, em 2016 realizou-se um plebiscito sobre o acordo de paz negociado, entretanto a campanha do “não”, liderada por Álvaro Uribe, venceu. Assim, retomaram-se as negociações para considerar as objeções dos opositores do acordo, chegando a um novo texto, assinando o acordo no final do mesmo ano (TÉLAM, 2017). O acordo contempla a entrega de armas, o apoio financeiro às vítimas, distribuição de terras, a incorporação das FARC à vida política formal na forma de partido político, um programa de reinserção dos insurgentes na vida civil entre outros pontos (LA NACIÓN, 2017).

4.3.2 Cultura política e participação na Colômbia

Após o levantamento histórico realizado nas seções anteriores, percebe-se que a história colombiana é muito complexa e apresenta diversos pontos fundamentais a serem analisados para que se possa relacionar a cultura política colombiana com os principais fatores históricos. Até então, nota-se que a falta de espaços de participação no cenário político

² Os falsos positivos foram uma forma de execução extrajudicial, muito utilizada no período de 2000 a 2010, em que milhares de civis foram executados por agentes estatais, e apresentados, falsamente, como resultado da Ação das Forças Armadas contra grupos armados. O Exército media seu sucesso a partir do número de guerrilheiros mortos, atribuindo incentivos aos soldados pelas mortes, em uma política de recompensas, utilizando também os números para publicidade (FOR e CCEEU, 2014).

³ Visando a erradicação dos cultivos de drogas no país, utilizou-se de substâncias químicas, incluindo produtos cancerígenos, gerando problemas de saúde e debates sobre a violação de direitos humanos (MORALES, 2016).

tradicional marcado pelo bipartidarismo, pela violência, pela perseguição política, entre outros, tiveram forte influência nessa construção.

A Igreja católica, ainda hoje, aparece como um dos atores fundamentais na vida nacional, especialmente dada a sua centralidade nos processos de socialização de grande parte dos colombianos. O seu papel foi construído a partir de relações hierárquicas e autoritárias de homogeneização de valores e condenação da diversidade ideológica, étnica-cultural, política etc., especialmente no período da Regeneração. Assim, o país possui uma cultura política tradicionalmente marcada pela intolerância e pela violência, de modo que os conflitos entre as guerrilhas e o Estado vinham polarizando a opinião pública, entre distintas visões sobre uma solução mais democrática ou mais autoritária. Além disso, há críticas que até a cultura política dos grupos de esquerda tenha traços autoritários, visto fatores como a desvalorização da democracia formal e a imposição do movimento armado e do uso da violência como forma superior de luta política (LA ROCHE, 1993).

Apesar de se caracterizar por diversas culturas políticas, devido às diferenças regionais, a Colômbia possui uma tradição política de bipartidarismo, sendo um elemento dominante na vida política nacional, a qual se fortaleceu a partir da manipulação eleitoral e de relações clientelistas. Apesar de em momentos da história, os dois partidos terem incorporados algumas demandas de outros grupos da sociedade além das elites, desde a Frente Nacional (1958) vem se enfrentando uma crise de representação dos partidos políticos tradicionais (LA ROCHE, 1993). O Partido Liberal e o Partido Conservador se alternaram no poder, seja pelas disputas eleitorais ou por acordos políticos como a Frente Nacional, entretanto, o período da Violência, devido às perseguições políticas, assassinatos e agressões que resultaram em milhares de mortes, ou seja, foi marcado por intolerância política, responsável por delinear divisões partidárias pelos territórios do país. Todos esses processos resultaram em um sistema bipartidarista, a partir de visões elitistas de poder, as quais impossibilitavam o acesso ao poder por outros setores da sociedade (RUIZ, 2013). A Frente Nacional resultou na falta de oposição política real, com vontade e capacidades efetivas de fiscalizar o partido no poder (LA ROCHE, 1993). Assim, a partir do século XIX, a militância política aparece como um elemento chave para definir um indivíduo como cidadão, visto que pertencer a um ou outro partido significava a obtenção de direitos políticos específicos, que beneficiavam um ou outro partido, dependendo de qual estivesse no poder (ULLOA, 2015).

A negação de espaços sociais e políticos trouxe consigo numerosos monstros: desigualdade crescente, exclusão cultural e religiosa, perseguição política, pobreza crônica, mentalidades presas a convenções coloniais rígidas, confinamento territorial, déficit industrial e uma infraestrutura de bens públicos pobre. E trouxe a guerra. Guerra entre partidos tradicionais e elites, primeiro; logo entre guerrilhas e o Estado, entre guerrilhas e paramilitares, entre máfias, e entre máfias e Estado (BARRERA, 2016, p. 46, tradução própria).

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, se observou uma gradual secularização, não apenas em relação aos valores tradicionais religiosos, mas também com a superação do ódio entre liberais e conservadores, dando mais espaço para outras posições. A urbanização – impulsionada, especialmente, pela migração do campo para as cidades na época da Violência – assim como as mudanças culturais relacionadas a ela, também influenciam na mudança de costumes e valores. Outros fatores que impactaram em mudanças, foram os meios de comunicação de massa, que apesar de não terem sido acompanhados pela democratização desses meios e pela expansão da participação, difundiram um maior conhecimento sobre a realidade nacional; o maior acesso à educação e a diminuição do analfabetismo; além de uma maior emancipação da mulher (LA ROCHE, 1993), visto que a Colômbia foi um dos últimos países da América Latina a conceder o direito de voto às mulheres, que votaram pela primeira vez em 1957 no plebiscito para aprovar a Frente Nacional (SILVA, 2007).

Ainda que depois da Frente Nacional se inicie um processo gradual de abertura do sistema político, se mantém o predomínio do bipartidarismo e da exclusão de outros setores, os quais buscam obter esse acesso por outros meios fora da lei. Com os processos de paz dos anos 1980, há um avanço na inclusão de grupos marginalizados no sistema político, tornando a participação política mais fácil e acessível, de modo que surgem diversos partidos políticos e movimentos sociais, religiosos, cívicos, culturais e étnicos, gerando maior participação e competição política. Ainda assim, juntamente com esses movimentos, também surgiram movimentos pessoais, ou seja, que se baseiam nos candidatos e em suas figuras pessoais (imagem e carisma) em detrimento dos partidos, o que vai modificando o tipo de voto (RUIZ, 2013).

Ainda que na Constituição atual, de 1991, a cidadania tenha sido expandida e tenham sido incluídos grupos antes marginalizados, como o voto dos analfabetos, esta continua limitada pelo poder de políticos ou famílias que dispõem de grandes contingentes de apoio eleitoral devido a seu poder econômico ou militar nas regiões do país, assim como indivíduos ou instituições (formais ou informais) que suprem necessidades imediatas da população,

cooptando ou se apoderando de funções do Estado. Deste modo, o que se configura é “uma cultura política tradicional em que se destacam a influência carismática, a intervenção religiosa, a baixa ou nula participação da sociedade no debate público e em assuntos do Estado” (ULLOA, 2015, p. 6).

Um estudo realizado por Ruiz (2013), sobre o comportamento eleitoral colombiano, mostra algumas características da cultura política da população, assim como alguns fatores que a influenciam. A legitimação do sistema político pela classe política foi baseada em noções como a de democracia, com processos eleitorais e participação cidadã. Entretanto, esse processo de construção e consolidação da nação foi marcado, desde suas origens, por uma dicotomia de pensamento, a qual se materializou nos partidos políticos centrais do país: liberais e conservadores (RUIZ, 2013). Pelo fato de os partidos políticos terem se utilizado, durante décadas, de imaginários políticos associados a valores religiosos, por muito tempo (e especialmente no período da Regeneração), os liberais, juntamente com outros grupos como os socialistas, foram alvo de estigmatização e condenação moral (LA ROCHE, 1993).

Ruiz (2012) apresenta algumas características centrais da cultura política colombiana. Primeiramente, ainda que as eleições representem o cenário principal da democracia colombiana, há uma baixa participação eleitoral, gerando lacunas entre as eleições, já que é muito esporádica a participação cidadã em diferentes mecanismos e espaços de participação política. Além disso, muitas iniciativas de participação informal são inviabilizadas e criminalizadas por representar um perigo à estabilidade do sistema, de acordo com o ponto de vista dos grandes partidos políticos no poder e dos meios de comunicação.

Outra tendência é a personalização e a desinstitucionalização do sistema, já que as instituições políticas não contam com a confiança dos cidadãos, entretanto isso não representa um risco para o sistema. Dessa forma, “observa-se um nível médio baixo de interesse pelos assuntos políticos, uma baixa taxa de pertencimento a organizações e movimentos políticos, uma alta hostilidade partidária (*desafección partidária*) e pouca identificação com uma ideologia ou quadro de pensamento político” (RUIZ, 2012, p. 421, tradução própria). Além disso, em geral, a política é associada à corrupção e à injustiça, explicando também a desconfiança institucional.

Concluindo, se poderia afirmar que a valoração que se faz da democracia na Colômbia está fortemente atravessada por variáveis históricas que não podem ser

deixadas de lado. Essas variáveis fazem com que a limitação da democracia a aspectos procedimentais e formais não seja vista como algo negativo, senão como uma defesa da estabilidade do sistema. E esta lacuna de significado torna possível que candidatos, partidos e formadores de opinião utilizem o conceito de acordo com seus interesses e convicções, fazendo passar como democráticas políticas e decisões quando vão contra os princípios básicos e essenciais da democracia como sistema político e como valor filosófico (RUIZ, 2012, p. 422, tradução própria).

Em relação aos movimentos sociais, atualmente, têm apresentado reivindicações centradas na proteção da dignidade humana, através de exigência de condições materiais básicas, educação, maior acesso a terra e ampliação da participação popular na formulação de políticas, de respeito à diversidade e garantia de direitos fundamentais. Nos últimos anos, essas demandas têm tomado espaço através das ruas, das redes sociais, de jornais alternativos, rádios locais, entre outros, se articulando em distintas linguagens (BARRERA, 2015).

5. CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: ANÁLISES EMPÍRICAS

Este capítulo tem como objetivo verificar empiricamente, a partir dos dados do Latinobarômetro de 2015, as variáveis de cultura política, capital social e participação política no Brasil e na Colômbia, sempre situando os países dentro dos padrões da América Latina. Os dados empíricos irão permitir uma observação mais detalhada de como essas variáveis se manifestam em cada país, relacionando-as tanto com os aspectos teóricos trabalhados no Capítulo 3, quanto com os principais eventos históricos apresentados no Capítulo 4. O Latinobarômetro de 2015, na América Latina contou com 20250 entrevistados, entre 16 e 98 anos; no Brasil com 1250, entre 16 e 92 anos; e na Colômbia com 1200, de 18 a 94 anos. Primeiramente, serão apresentados os indicadores centrais da amostra para cada unidade de estudo, e que serão importantes para as análises posteriores: religião, educação e situação econômica. Em seguida, as análises serão subdivididas pelos eixos conceituais que sustentam essa pesquisa: cultura política, participação política e capital social.

5.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

Para iniciar as análises empíricas, primeiramente, serão apresentadas algumas características sociodemográficas da amostra de cada unidade, as quais contribuirão para as análises que virão na sequência. Primeira, abaixo, encontramos a dados referentes à religião em cada unidade de análise da amostra:

Tabela 1 - Religião (%)

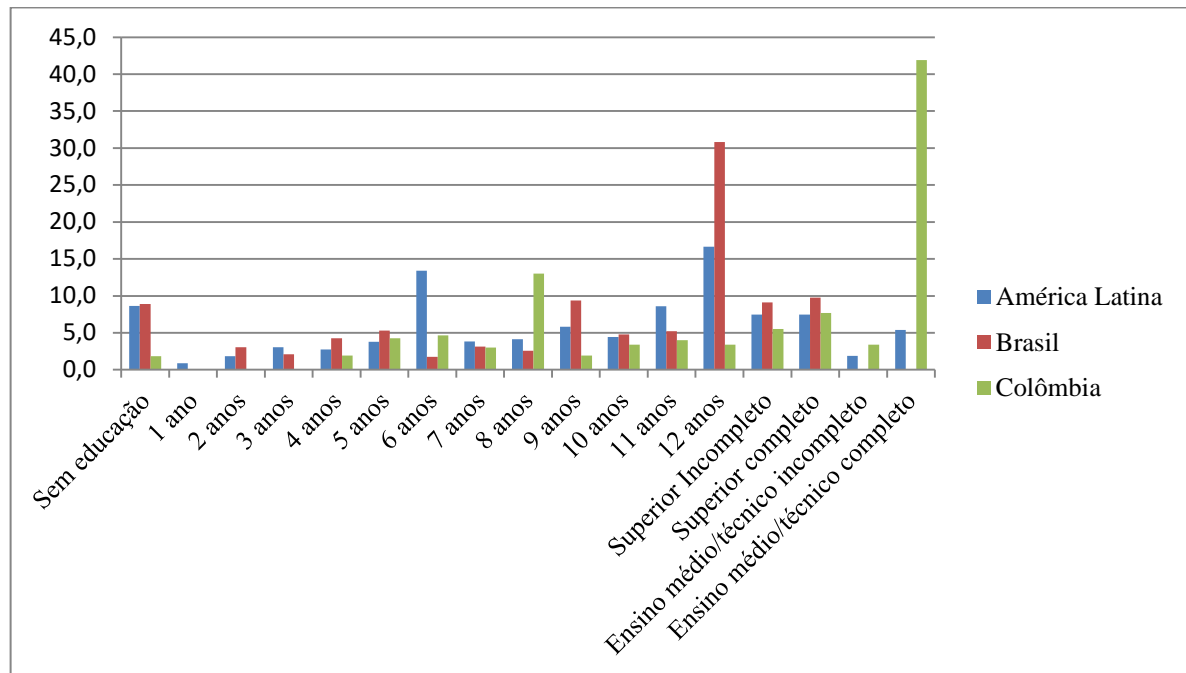
	América Latina	Brasil	Colômbia
Católica	63,8	58,8	76,7
Evangélica	19,9	22,7	15,8
Adventista	0,8	0,9	0,5
Testemunha de Jeová	0,7	1,0	0,5
Religiões africanas	0,3	0,9	0
Ateu	0,7	0,5	0,1
Nenhuma	11,4	9,6	5,6

Outras	2,5	5,6	0,7
Total	100	100	100

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

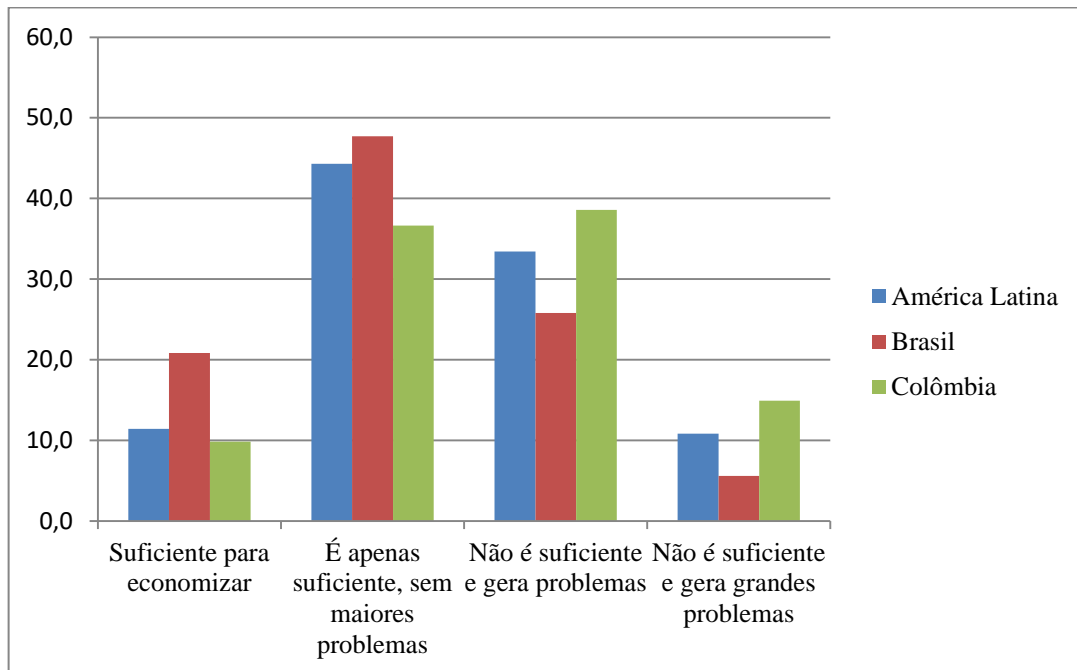
n América Latina = 20107 / n Brasil = 1227 / n Colômbia = 1191

Conforme é possível observar, Brasil e Colômbia, assim com a América Latina como um todo, permanecem majoritariamente católicos, o que vai de acordo com a tradição histórica dos países, visto a introdução do catolicismo com a colonização dos países, tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis, os quais se utilizaram os ideais da Igreja como base para a construção das sociedades. Entretanto, enquanto no Brasil, assim como na América Latina, se vê a ascensão da religião evangélica – que representa aproximadamente 1/5 dos respondentes em ambos –, e uma maior distribuição entre os que não acreditam em nenhuma religião, na Colômbia, a religião católica ainda representa um elemento forte, visto que mais de 75% dos entrevistados são adeptos da religião. De acordo com o que vimos anteriormente neste trabalho, a Igreja católica representava uma força mediadora entre os diversos elementos da sociedade desde o período colonial, competindo, inclusive, com o papel do Estado (BUSHNELL, 2004). A Igreja continuou tendo papel central no país, especialmente nos governos conservadores, atuando em aspectos fundamentais como no sistema de educação (BUSHNELL, 2004), até o século XX com o período da Regeneração, sendo até hoje um ator central na vida nacional, estando presente nos processos de socialização da maioria dos colombianos (LA ROCHE, 1993). A seguir, analisaremos o elemento da educação:

Gráfico 1 - Nível de educação (%)

Fonte: Elaboração da autora a partir de Latinobarômetro (2015).
n América Latina = 20250 / n Brasil = 1250 / n Colômbia = 1200

Em relação à educação, primeiramente, destaca-se que em muitos países da América Latina, inclusive a Colômbia, há um ensino técnico com o final dos estudos secundários (ou ensino médio) da escola, de modo que essa resposta aparece para essas duas unidades de análise, e não para o Brasil, visto que se tratava de uma pergunta aberta. Assim, conforme o Gráfico 1, percebe-se que, enquanto a Colômbia indica um maior nível de ensino em nível escolar, visto que mais de 40% completou o ensino secundário, ou técnico, enquanto apenas 1,8% indicou não ter nenhum nível de educação formal, o Brasil aponta 8,9% sem nenhum nível de educação formal e 30,8% com 12 anos de estudo. Entretanto, para o nível superior, enquanto no Brasil vemos quase 10% com ensino superior completo, e cerca de 9% incompleto, na Colômbia esses números representam 7,7% e 5,5%, respectivamente. Assim, nas amostras trabalhadas, Brasil e Colômbia estão acima da média latino-americana de educação a nível escolar e secundário, e, em nível de ensino superior, o Brasil está acima da média, enquanto a Colômbia se mantém em um patamar similar ao resto da América Latina (LATINOBAROMETRO, 2015).

Gráfico 2 - Situação Econômica (%)

Fonte: Elaboração da autora a partir de Latinobarômetro (2015).
 n América Latina = 20250 / n Brasil = 1250 / n Colômbia = 1200

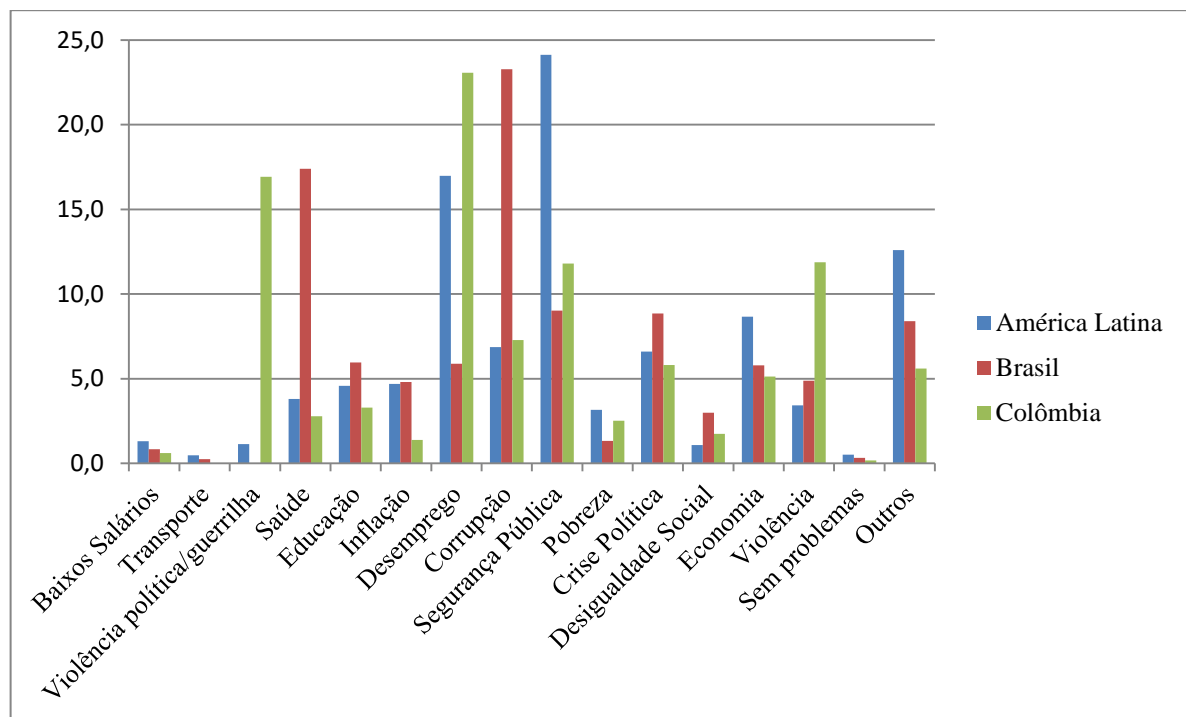
Em relação à situação econômica da população da amostra, ao responder às perguntas “Em relação ao seu salário, é suficiente para cobrir satisfatoriamente às suas necessidades? Em qual destas situações você se encontra?”, conforme o Gráfico 2 acima, percebe-se que o Brasil encontra-se em melhores condições, visto que mais de 20% se encontra em situação confortável para economizar, e quase 50% consegue cobrir as necessidades, em comparação com a Colômbia, em que menos de 10% recebe o suficiente para economizar e cerca de 35% consegue suprir as necessidades, enquanto para mais de metade dos entrevistados não é suficiente e isso gera problemas. Na questão econômica, então, percebe-se que o Brasil se encontra em uma situação melhor, em comparação com a América Latina em geral, enquanto a Colômbia se encontra abaixo das médias latino-americanas (LATINOBARÔMETRO, 2015).

5.2 CULTURA POLÍTICA

Visto que a cultura política envolve orientações – sendo elas cognitivas, afetivas ou avaliativas – e posturas dos indivíduos em relação ao sistema político (ALMOND e VERBA, 1963), e que a cultura política segue padrões que se combinam e reforçam entre si, sendo influenciada por fatores como o contexto histórico que gera distintas culturas políticas (PYE, 1965), essa seção do trabalho visa estudar como a cultura política se apresenta no Brasil e na Colômbia, contrapondo com a cultura política latino-americana como um todo, a partir da análise de diversas variáveis.

Primeiramente, apresenta-se a visão dos entrevistados sobre o principal problema de seus respectivos países, que se relaciona com a esfera avaliativa da cultura política, referente a opiniões e avaliações (ALMOND e VERBA, 1963), conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Na sua opinião, qual é o principal problema do país? (%)



Fonte: Elaboração da autora a partir de Latinobarômetro (2015).
n América Latina = 19180 / n Brasil = 1208 / n Colômbia = 1153

Enquanto no Brasil o principal problema observado foi a corrupção, com mais de 20%, esta não se apresenta como um dos maiores problemas percebidos na Colômbia (7,3%) ou na América Latina (6,9%). A corrupção aparece como um fator preocupante no Brasil,

visto sua capacidade de diminuir tanto a confiança interpessoal quanto a institucional, afastando os cidadãos da esfera pública e diminuindo a tendência a ações coletivas (POWER e TAYLOR, 2011). A segunda posição do Brasil é ocupada pela saúde, vista como o maior problema para 17,4% dos entrevistados, pouco citada pelos colombianos (2,8%), ou em nível geral da América Latina (3,8%). Os próximos problemas mais apontados pelos brasileiros são a segurança pública (9%), a crise política (8,9%), a educação (6%) e a economia (5,8). Visto que o sistema político é constituído de *inputs* e *outputs* (ALMOND e VERBA, 1963), percebe-se que o brasileiro se encontra insatisfeito com diversos *outputs* da política e serviços fornecidos pelo Estado, o que aponta que o sistema político não tem atendido às expectativas dos cidadãos (MOISÉS, 2008).

Na Colômbia, o desemprego aparece como problema principal, com mais de 20%, em contraste com o Brasil (5,9%) e não tão distante da América Latina (17%), região na qual a segurança pública se apresenta como principal problema, com 24,1%. Cabe ressaltar que a violência e a guerrilha apresentam-se como um sério problema na Colômbia, representando aproximadamente 17%, o que se explica pelos conflitos com grupos armados, especialmente as FARC (atuantes até o Acordo de Paz de 2016), além do passado de grandes perseguições políticas e violência, ainda observadas no final do século XX com o genocídio da União Patriótica, na década de 1980 (LAROSA e MEJÍA, 2011).

Em seguida, analisaremos a compreensão da política por parte dos indivíduos, a qual se relaciona com a esfera cognitiva da cultura política, que inclui o conhecimento sobre o sistema político (ALMOND e VERBA, 1963), a partir da tabela abaixo:

Tabela 2 - Compreensão da política: “Qual afirmação está mais próxima da sua forma de pensar?”

	América Latina	Brasil	Colômbia
A política é tão complicada que não se pode entendê-la	51%	60,9%	60,5%
A política não é tão complicada e se pode entendê-la	49%	39,1%	39,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19357 / n Brasil = 1195 / n Colômbia = 1181

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, percebe-se que a maioria dos indivíduos no Brasil e na Colômbia apresentam dificuldades em compreender a política. Mais de 60% dos entrevistados nos dois países, índices que se sobressaem em relação à América Latina em geral, apresenta uma divisão quase igual entre os que compreendem ou não a política (LATINOBARÔMETRO, 2015). Visto que a cultura política dá as bases para o comportamento político (PYE, 1965), os dados são preocupantes, pois a falta de conhecimento e entendimento da política pode se apresentar como um fator que dificulta a construção de uma sociedade cívica, que demanda interesse e engajamento dos cidadãos na política e nos assuntos públicos (BAQUERO, 2004).

Ainda dentro da orientação cognitiva, a qual também engloba as crenças sobre o sistema político (ALMOND e VERBA, 1963), analisa-se o apoio à democracia:

Tabela 3 - Apoio à democracia: “Com qual das seguintes afirmações você está mais de acordo?”

	América Latina	Brasil	Colômbia
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	62,3%	62,2%	61,2%
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático	17%	18,9%	11,9%
Para as pessoas em geral, dá na mesma se um regime é democrático ou não	20,7%	18,9%	26,9%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 18582 / n Brasil = 1092 / n Colômbia = 1119

Em relação ao apoio à democracia, percebe-se uma tendência entre Brasil e Colômbia, e em comparação com a América Latina, visto que todos rondam os 60%. Entretanto, observa-se ainda um nível de aceitação de formas autoritárias de governo, de 18,9% no Brasil, sendo menor na Colômbia (11,9%), o que pode ocorrer devido ao fato de que a democracia, ao menos do ponto de vista formal e procedimental, esteja relacionada com a estabilidade do sistema para os colombianos (RUIZ, 2012), e visto que a noção de democracia foi utilizada como base de legitimação do sistema político (RUIZ, 2013). Já o Brasil contou com muitas interrupções na democracia, seja durante o Estado Novo ou a ditadura militar, e os regimes autoritários utilizaram-se do paternalismo social como forma de compensação e, no caso da

ditadura militar, o avanço econômico aparecia igualmente como um fator de compensação (CARVALHO, 2002). Moisés (2008) aponta sobre a sobrevivência de concepções autoritárias sobre a política, que se expressam por meio de preferências autoritárias e atitudes de ambivalência política, traços ainda fortes na América Latina.

O próximo ponto examinado se refere à satisfação com a democracia:

Tabela 4 - “Em geral, você diria que está satisfeito, mais ou menos satisfeito, não muito satisfeito ou nenhum pouco satisfeito com a democracia do seu país?”

	América Latina	Brasil	Colômbia
Muito satisfeito	10,6%	2%	4,6%
Mais ou menos	30%	67,3%	70,7%
Insatisfeito*	59,4%	30,7%	24,7%
Total	100%	100%	100%

* Para a categoria insatisfeito, foram somadas as respostas “não muito satisfeito” e “nenhum pouco satisfeito”
 Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19304 / n Brasil = 1167 / n Colômbia = 1157

Apesar de o apoio à democracia estar em torno dos 60% no Brasil, na Colômbia e na América Latina, observa-se que a satisfação com a mesma se encontra muito baixa. O Brasil e a Colômbia se destacam por níveis baixíssimos de satisfação, com 2% e 4,6%, respectivamente, em comparação com os 10,6% da América Latina. Entretanto, é necessário apontar que, enquanto no Brasil e na Colômbia a maioria dos indivíduos se encontra mais ou menos satisfeito com a democracia, a maioria dos latino-americanos encontra-se insatisfeito com a democracia, chegando a quase 60% dos respondentes (LATINOBARÔMETRO, 2015). A baixa satisfação dos brasileiros se relaciona com a falta de legitimidade e credibilidade das instituições políticas (BAQUERO, 2008), visto que as estruturas formais da democracia não têm conseguido resolver problemas sociais (LUCHMANN, 2007), e o sistema político não tem atendido às expectativas dos cidadãos (MOISÉS, 2008). Na Colômbia, os cidadãos também não confiam nas instituições políticas (RUIZ, 2012), com um quadro similar ao brasileiro, assim como na América Latina, em que não se consegue resolver conflitos por meio da democracia institucional devido às condições socioeconômicas, e a percepção de que as instituições políticas não funcionam impacta na satisfação com a democracia (BAQUERO, 2013). A Tabela 5 tenta captar essa dimensão:

Tabela 5 - Você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito da afirmação “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”

	América Latina	Brasil	Colômbia
Concordo*	76,7%	76,8%	74,3%
Discordo**	23,3%	23,2%	25,7%
Total	100%	100%	100%

* para a categoria “concordo” foram somadas as respostas “concorda muito” e “concorda”

** para a categoria “discordo” foram somadas as respostas “discorda” e “discorda muito”

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19107 / n Brasil = 1134 / n Colômbia = 1143

Conforme a tabela acima, se observa que, apesar do *gap* existente entre apoio e satisfação com a democracia, a grande maioria dos indivíduos prefere a democracia como sistema de governo, tanto no Brasil e na Colômbia quanto na América Latina. Entretanto, apesar dos dados se mostrarem positivos, há que se considerar que a minoria que não prefere o sistema democrático ronda $\frac{1}{4}$ dos respondentes em cada unidade de análise (LATINOBARÔMETRO, 2015).

5.3 CAPITAL SOCIAL

Para a análise sobre capital social, no Brasil e na Colômbia, será adotada a concepção de Putnam (1993, 2000 e 2002), que vê o capital social a partir de elementos coletivos (ESSER, 2008), considerando a importância da solidariedade, tolerância e confiança para a construção de normas e valores, valorizando-se uma lógica horizontal de cooperação e reciprocidade (PUTNAM, 1993). Assim, o capital social será mensurado e analisado a partir das variáveis de confiança interpessoal e institucional.

Tabela 6 - Confiança interpessoal

	América Latina	Brasil	Colômbia
Se pode confiar na maioria das pessoas	17,3%	7,4%	15,4%
Sempre se deve ter cuidado ao lidar com os outros	82,7%	92,6%	84,6%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19789 / n Brasil = 1237 / n Colômbia = 1190

A partir dos dados apresentados na tabela acima, percebe-se níveis baixíssimos de confiança entre os indivíduos, especialmente no Brasil, em que apenas 7,4% das pessoas confiam nas outras, em contraponto com a Colômbia, com 15,4%, e a América Latina, com 17,3%. As relações de confiança e reciprocidade embasam a ação coletiva (BAQUERO, 2004) e tornam a sociedade mais eficaz, trazendo efeitos positivos como o apoio mútuo, a cooperação e a eficácia institucional (PUTNAM, 2000), de modo que o quadro brasileiro e colombiano, assim como o latino-americano, não propiciam boas condições para o fomento de ações coletivas e a formação de uma comunidade cívica (PUTNAM, 1993). Os dados referentes à confiança institucional são semelhantes, como pode ser visto na Tabela 7:

Tabela 7 - Confiança institucional (%)

	América Latina			Brasil			Colômbia		
	Muito	Mais ou menos*	Nada	Muito	Mais ou menos	Nada	Muito	Mais ou menos	Nada
Forças Armadas	20,2	59,8	20	19,9	68,8	11,3	26,6	58,9	14,5
Polícia	11,1	61	27,9	7,7	70,5	21,8	14,6	67	18,4
Igreja	44	44,3	11,7	38,6	51,8	9,6	45,7	45,2	9,1
Congresso/Parlamento	6,4	58,5	35,1	3,5	58,5	38	3,1	55,9	41
Governo Nacional	9,6	57,9	32,4	3,2	54,1	42,7	6,2	56	37,8
Judiciário	7,2	60,2	32,6	5,9	67,6	26,5	4,5	56,9	38,6
Sindicatos	6,5	59,9	33,6	4,9	74	21,1	4,6	63,5	31,9
Partidos Políticos	3,6	52,7	43,7	1,1	46,2	52,7	1,4	50,2	48,4
Mídia	9,8	72,5	17,7	7,5	80,8	11,7	9,3	71,7	19
Estado	8	65,4	26,6	3,3	67,2	29,5	6,2	59,7	34,1
Instituição Eleitoral	13,2	63,4	23,5	5,9	72,9	21,2	23,5	64,2	12,3

* para a categoria “mais ou menos” foram somada as respostas de “algo” e “pouco”

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19517 / n Brasil = 1204 / n Colômbia = 1177

Em relação à confiança institucional, observa-se que a maior desconfiança se encontra nos partidos políticos, visto que, no Brasil, apenas 1,1% confia muito e, na Colômbia, somente 1,4% (para 52,7% de brasileiros e 48,4% colombianos que não confiam), similares, porém ainda abaixo, da média latino-americana. No Brasil, há uma descrença em relação às

instituições políticas, e as elites dos partidos políticos passam uma imagem negativa para os cidadãos (BAQUERO, 2004), que não veem efetividade na representação (MOISÉS, 2008). Na Colômbia, além de o sistema bipartidarista ter sido historicamente excludente (RUIZ, 2013; BARRERA, 2016), há uma alta hostilidade partidária e pouca identificação com os partidos (RUIZ, 2012), e vem ocorrendo uma crise de representação dos partidos tradicionais (LA ROCHE, 1993). Percebe-se que os maiores níveis de desconfiança, para Brasil e Colômbia, se encontram nas instituições mais diretamente relacionadas à política como o Congresso/Parlamento (38% e 41%, respectivamente, não confiam nada) e o Governo Nacional (42,7% e 37,8%, respectivamente).

Em contraposição, a instituição que conta com os maiores níveis de confiança é a Igreja, com 38,6% no Brasil e 45,7% na Colômbia. Conforme vimos nas características sócio-demográficas, os dois países são muito religiosos, com o predomínio da Igreja católica desde o período colonial, em especial no caso colombiano, onde a instituição ainda é fundamental na vida nacional e central na socialização da maioria dos colombianos (LA ROCHE, 1993). A segunda instituição com maior confiança são as Forças Armadas, com 19,9% no Brasil e 26,6% na Colômbia, a segunda levemente acima da média de 20,2% na América Latina, confirmando a sobrevivência de traços autoritários (MOISÉS, 2008), observados também na cultura política de ambos os países.

5.4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nesta seção será analisado como se dá a participação política no Brasil e na Colômbia, sempre com a América Latina como quadro de referência para situar as unidades de análise. Visto que a participação envolve uma série de distintos significados, canais e atitudes por parte dos cidadãos (BLANCO, 1995), serão analisados tanto os níveis e padrões de participação dos indivíduos, quanto as formas em que ela se apresenta, observando a interação entre formas formais e não formais, e entre canais tradicionais e não tradicionais de participação política. Para essa análise, a participação política é entendida a partir da perspectiva de repertórios múltiplos de ação, em que se consideram as atividades convencionais e não convencionais, as quais operam em conjunto e não são excludentes (KAASE e MARSH, 1979; BLANCO, 1995).

Primeiramente, será examinada a relação dos entrevistados com formas de participação convencional, a partir de canais legais, neste caso, a ser verificada pelo elemento do voto, conforme as Tabelas 8 e 9 abaixo, que serão analisadas juntamente, pois se relacionam e complementam:

Tabela 8 - Importância do voto: “Você concorda muito, concorda, discorda ou discorda muito da afirmação ‘O rumo que o país vai seguir nos próximos anos depende de como os cidadãos votam’”

	América Latina	Brasil	Colômbia
Concordo*	80,4%	85,4%	79,4%
Discordo**	19,6%	14,6%	20,6%
Total	100%	100%	100%

* para a categoria “concordo” foram somadas as respostas “concorda muito” e “concorda”

** para a categoria “discordo” foram somadas as respostas “discorda” e “discorda muito”

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19145 / n Brasil = 1183 / n Colômbia = 1145

Tabela 9 - Crença no voto

	América Latina	Brasil	Colômbia
O voto pode mudar as coisas no futuro	64,6%	74,1%	57%
Não importa como se vota, pois não trará melhoras para o futuro	35,4%	25,9%	43%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19087 / n Brasil = 1192 / n Colômbia = 1174

Enquanto na Tabela 8 percebe-se um predomínio da percepção de que o voto é importante e é um canal que deve ser utilizado pelos cidadãos, pois tem capacidade de influenciar nos rumos do país, posição que ronda os 80%, tanto no Brasil e na Colômbia quanto na América Latina; na Tabela 9 se vê níveis de descrença da efetividade do voto altos na Colômbia, em que 43% acreditam que a forma como se vota não trará melhoras para o futuro, e menores, porém ainda significativos, no Brasil, com 25,9%, e 35,4% na América Latina (LATINOBARÔMETRO, 2015). O menor nível de descrença no Brasil tem como

possível explicação o fato de o voto ser obrigatório no país, sendo, então, exercido pela grande maioria da população, ao contrário da Colômbia, onde há baixa participação eleitoral (RUIZ, 2012). Na existência desta descrença, vemos uma relação com as análises anteriores sobre cultura política, visto a baixa satisfação com a democracia nos países, e a percepção generalizada de que as instituições políticas não funcionam devido ao fato de que os problemas não têm sido resolvidos por meio da democracia institucional (BAQUERO, 2013). Ou seja, pode se deduzir que por mais que se acredite na importância do voto, os cidadãos não se sentem devidamente representados pelas instituições políticas (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017), uma vez que o sistema político não atende às expectativas dos cidadãos (MOISÉS, 2008) e a política acaba dando retornos negativos, como na forma de corrupção e injustiça (RUIZ, 2012).

A seguir, verificaremos o posicionamento dos respondentes em relação a formas de participação convencionais (formais) ou não convencionais (informais), e sobre a interação entre elas, a partir da tabela abaixo:

Tabela 10 - Participação formal x informal: “O que é melhor para o país avançar?”

	América Latina	Brasil	Colômbia
Há que se votar sempre	56,2%	34%	44,5%
Há que votar, mas também protestar	30,8%	50,4%	37%
Há que protestar, votar não serve	2,9%	4,3%	4%
Não há que fazer nada, nem votar nem protestar	4,1%	3,6%	4,2%
Não sei o que há que se fazer	6%	7,7%	10,3%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19765 / n Brasil = 1243 / n Colômbia = 1174

Conforme vemos na Tabela 10, há um apoio substancial da participação pela forma convencional do voto, posto que, somando as duas primeiras categorias, no Brasil 84,4%, na Colômbia 81,5%, e na América Latina 87%, acreditam que há que votar. Confirma-se a constatação de Ribeiro (2008), para o caso brasileiro, de que as formas tradicionais de

participação ainda apresentam grande significância (RIBEIRO, 2008), visto o favorecimento de aspectos formais da democracia (BAQUERO, 2008). No caso colombiano, apesar do baixo comparecimento eleitoral, as eleições ainda representam o cenário central da democracia (RUIZ, 2012). Além disso, quantidades significativas acreditam na importância de unir o voto com o protesto, ou seja, da participação a partir de distintas formas, unindo formas convencionais com não convencionais. Visto que esta crença é verdadeira para 30,8% dos respondentes da América Latina, o Brasil apresenta um nível alto a nível latino-americano, com 50,4%, assim como a Colômbia com 37% (LATINOBARÔMETRO, 2015). Esses dados corroboram com a perspectiva de repertórios múltiplos de ação política, uma vez que a importância das formas não convencionais é percebida pelos indivíduos como forma de complementar as formas convencionais, com uma minoria acreditando na efetividade do uso de apenas formas não convencionais. A seguir, se analisa a participação política não convencional:

Tabela 11 - Participação política não convencional (%)

	América Latina			Brasil			Colômbia		
	Já Fiz	Poderia Fazer	Nunca faria	Já Fiz	Poderia Fazer	Nunca faria	Já Fiz	Poderia Fazer	Nunca faria
Ir a protestos ou manifestações autorizadas	10,9	27,6	61,5	12,5	42,7	44,8	15,9	31,5	52,6
Participar de protestos ou marchas não autorizadas	4,5	16,4	79	5,8	19,5	74,6	5,7	12,5	81,8
Fazer reclamações pelas redes sociais	7,6	32,9	59,4	16,8	43,5	39,7	10,1	34,9	55
Unir-me com outros por um tema ou Assinar petições	17,4	35,4	47,2	25,9	47,1	27	25	41,8	33,2

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

n América Latina = 19885 / n Brasil = 1216 / n Colômbia = 1185

Na Tabela 11, acima, observamos formas de participação não convencional, não realizadas através da via institucional, as quais colocam em evidência a questão da legalidade – conformidade com as normas legais –, e da legitimidade – grau de aprovação ou rejeição da atividade (BLANCO, 1995). Na Tabela 11, apresentada anteriormente, percebe-se que, entre as formas apresentadas, a mais aceita e praticada por brasileiros e colombianos, assim como a

nível latino-americano, são as petições e a união de indivíduos em torno de uma causa, visto que em torno de 25% dos entrevistados, nos dois países, já participou deste tipo de ação, e mais de 40% estaria disposto a realizar alguma atividade do tipo, estando os dois países acima da média latino-americana, dado que, a este nível, 47,2% nunca faria, contra apenas 27% no Brasil e 33,2% na Colômbia. As reclamações por meio das redes sociais encontram níveis mais baixos de participação, posto que apenas 16,8% dos brasileiros e 10,1% dos colombianos já participaram, além de um menor grau de aprovação, pois 39,7% e 55%, nos respectivos países, nunca realizariam este tipo de atividade, dados ainda um pouco mais positivos em comparação com a América Latina, em que apenas 7,6% já realizaram e quase 60% nunca faria (LATINOBARÔMETRO, 2015).

Em relação aos protestos ou marchas autorizadas, 12,5% no Brasil e 15,9% na Colômbia já participaram, enquanto nos protestos ou marchas não autorizadas os níveis caem para a margem dos 6% em ambos os países, índices baixos nos dois tipos. Entretanto, quando passamos para as possibilidades de participação, as quais sugerem os níveis de aceitação destas formas de participação por parte dos entrevistados, verifica-se que há uma parcela significativa de indivíduos que não participaria de protestos, nem os legalmente autorizados, representando 44,8% no Brasil e 52,6% na Colômbia, apesar de que uma quantidade, igualmente significativa, estaria disposta a participar, com 42,7% e 31,5%, respectivamente, havendo uma distribuição mais igual entre visões negativas e positivas. Já para protestos não autorizados, as visões negativas se sobressaem expressivamente, visto que 74,6% dos entrevistados brasileiros e 81,8% dos colombianos nunca participariam de atividades deste tipo (LATINOBARÔMETRO, 2015). Visto que no Brasil e na Colômbia a democracia é relacionada a aspectos formais (ou seja, institucionalizados) e, além disso, no caso colombiano, iniciativas de participação informal são inviabilizadas e criminalizadas (BAQUERO, 2008; RUIZ, 2012), o que se soma à histórica condenação e estigmatização de determinados grupos políticos (LA ROCHE, 1993), há um reflexo no nível de reprovação de ações fora da esfera formal em ambos os países.

Assim, o que se constata é que as formas não convencionais de participação ainda dividem as opiniões de brasileiros e colombianos, e de latino-americanos em geral, uma vez que a adesão é baixa e ainda se encontra certa resistência na aceitação destas formas, em especial dos protestos, o que se relaciona com o tradicional costume de relacionar a ação

política não institucionalizada com protestos, violência e mudanças no sistema, levando à percepção de que muitas ações de envolvimento político voluntário seriam ilegítimas (KAASE e MARSH, 1979). Apesar de as formas não convencionais de participação contarem com certo grau de legitimidade, maior para algumas ações do que outras, a questão da legalidade ainda aparece com muita importância no Brasil e na Colômbia, assim como na região, dado que, quando não estão em conformidade com as normas legais, apresentam altos níveis de negação, ou seja, baixa legitimidade por parte dos indivíduos.

Em seguida, observaremos a frequência com que os entrevistados participam em outros canais de participação, a partir da tabela abaixo:

Tabela 12 - Frequência de participação política (%)

	América Latina				Brasil				Colômbia			
	4	3	2	1	4	3	2	1	4	3	2	1
Falar sobre política com amigos	6,4	21,8	33,3	38,5	14,4	28,8	26,3	30,5	6,3	21	36,4	36,3
Trabalhar para um partido político ou candidato	1,9	8,3	16,6	73,2	2,4	8,4	13,0	76,3	1,4	7,2	17	74,4
Tentar persuadir outros a votar por determinado candidato ou partido	3,3	11,4	20,3	64,9	8,1	14,6	16,1	61,1	2,5	11,7	21,7	64,1

Fonte: Latinobarômetro, 2015.

4 = Muito Frequentemente 3 = Frequentemente 2 = Quase Nunca 1 = Nunca
n América Latina = 19648 / n Brasil = 1244 / n Colômbia = 1184

De acordo com a Tabela 12, das atividades listadas, a que tem menos popularidade e apresenta menor nível de participação é o trabalho para um partido político ou candidato, com apenas 2,4% praticando com muita frequência no Brasil, e 1,4% na Colômbia, em contraponto com os 76,3% e 74,4%, respectivamente, que nunca o fazem. Apesar de ser um canal legal, institucionalizado, e tradicional, de participação política (BLANCO, 1995), o cinismo, alienação e desconfiança em relação às principais instituições da democracia representativa (NORRIS, 1999) somado à falta de legitimidade dos partidos políticos que se encontram no

centro da crise de representatividade, fazem com que se tornem as instituições com menos apoio popular (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017). Como vimos ao analisar a confiança institucional, os partidos políticos são as instituições que contam com o menor grau de confiança, visto que a grande maioria, tanto de brasileiros quanto de colombianos, ainda mais a nível latino-americano, não confia totalmente nesta instituição. Falar sobre política com os amigos é a atividade mais popular, entre as listadas, apresentando níveis mais altos de indivíduos que a realizam com alguma frequência, ponto em que o Brasil se destaca da Colômbia, e da média latino-americana, visto que 14,4% a fazem com muita frequência e 28,8% com alguma frequência entre os respondentes brasileiros, enquanto para os colombianos as frequências chegam, respectivamente, a 6,3% e 21%, equivalente à média latino-americana. Em relação à persuasão do voto, é uma atividade menos popular do que falar sobre política com os amigos, e, apesar de o Brasil se sobressair, com 8,1%, que a realizam muito frequentemente, dos 2,5% da Colômbia e 3,3% da América Latina, apresenta um patamar semelhante em uma visão geral das outras frequências (LATINOBARÔMETRO, 2015).

5.5 RESULTADOS

Em uma síntese dos resultados encontrados nas análises empíricas desta seção do trabalho, destaca-se, primeiramente, a composição da amostra, em que a maioria dos entrevistados é adepto à religião Católica, no Brasil e, especialmente, na Colômbia, que conta com um passado histórico em que a figura da Igreja Católica sempre esteve como central, sendo a maioria católica também em nível latino-americano. Na questão da educação, enquanto a Colômbia apresenta maiores níveis de educação escolar, visto a menor quantidade de respondentes que apontaram não possuir nenhum nível de educação formal, o Brasil exibe um nível mais alto de indivíduos com educação superior, estando ambos acima da média latino-americana na educação escolar, e em nível de educação superior, o Brasil encontra-se na média da região, e a Colômbia aparece em um patamar semelhante. Em relação à situação econômica, o Brasil aparece significativamente melhor do que a média latino-americana e do que a Colômbia, que se encontra um pouco abaixo da situação regional.

A primeira variável analisada, a cultura política, aponta, primeiramente, na esfera avaliativa, que os maiores problemas percebidos pelos brasileiros no seu país são a corrupção e a saúde, enquanto para os colombianos são o desemprego e a violência associada à guerrilha, enquanto em nível latino-americano são a segurança pública e o desemprego. Este indicador evidencia as especificidades de cada país, pois apesar de algumas semelhanças, conforme vimos nas características sociodemográficas, cada um está inserido em um contexto distinto. Na esfera cognitiva, observa-se que a maioria dos respondentes em ambos os países apresentam dificuldades em compreender a política, mais do que a média da região. No Brasil e na Colômbia, assim como na América Latina, a grande maioria apoia a democracia, entretanto ainda é possível identificar certo apoio ao autoritarismo em ambos os países, em grau ainda maior no primeiro. Contrapondo-se significativamente aos níveis de apoio, a satisfação com a democracia nos dois países é muito baixa, abaixo da média latino-americana, porém a particularidade deste indicador está no fato de que enquanto a grande maioria dos brasileiros e colombianos está mais ou menos satisfeita com a democracia, a grande maioria dos latino-americanos está insatisfeita, apontando para um padrão de insatisfação generalizada, em maior ou menor grau, com a democracia em toda a região. Por fim, no que concerne a cultura política, apesar da lacuna existente entre apoio e satisfação com a democracia, tanto no Brasil quanto na Colômbia, assim como na América Latina, a grande maioria ainda acredita que a democracia é o melhor sistema de governo.

A variável de capital social, mensurada através da confiança interpessoal e institucional, aponta para níveis muito altos de desconfiança entre os indivíduos, sendo ainda mais acentuada no Brasil, que apresenta maior desconfiança do que os patamares colombianos e latino-americanos, ambos similares. Referente à confiança institucional, os dados apontam alto grau de desconfiança em relação às instituições mais diretamente ligadas à esfera política, especialmente os partidos políticos, enquanto a instituição que conta com maior apoio nos dois países é a Igreja, aspecto que se relaciona com o perfil religioso da amostra em questão.

Por fim, a variável de participação política, em primeiro lugar, aponta que ainda que a grande maioria dos brasileiros e colombianos, assim como de latino-americanos, acredite na importância do voto como um canal de participação política, esses números caem em relação à crença na efetividade do voto em gerar mudanças, especialmente para a Colômbia, onde as porcentagens reduzem significativamente. Para contribuir com estes achados, ao contrapor

formas convencionais e não convencionais de participação política, nota-se que uma quantidade significativa (especialmente no Brasil, que chega à metade dos respondentes) acredita em unir o protesto ao voto como modo de o país avançar. Sobre formas informais de participação política, elas, em geral, encontram certo grau de aprovação, e até mesmo participação, em ambos os países, todavia, quando se trata de protestos ou marchas, a porcentagem de aceitação e participação cai, ainda mais exponencialmente quando se fala em protestos não autorizados, contando, então, com menor legitimidade popular. A participação também é baixa, em geral, porém um pouco melhor no Brasil, no que se refere a ações mais diretamente relacionadas à política, estando a participação em partidos políticos como a menos popular. Assim, conforme os dados apresentados, é possível concluir que, apesar de o Brasil apresentar níveis de participação levemente mais altos do que a Colômbia e a América Latina em geral, os dois países apresentam baixos níveis de participação política, em um contexto regional que apresenta a mesma característica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme trabalhado ao longo da pesquisa, a cultura política se refere às posturas, orientações e atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político em que se encontram (ALMOND e VERBA, 1963), e esta cultura política fornece as bases para o comportamento político, ao produzir uma estrutura de valores e sentidos que se refletem na *performance* das instituições e organizações, e a partir do contexto histórico, cada sistema político terá seus padrões e sua própria cultura política (PYE, 1965). Somado a isso, aparece o conceito de capital social que, de acordo com as ideias de Putnam (1993, 2000 e 2002), diz respeito a relações de solidariedade, cooperação e confiança que fomentam ações coletivas e desenvolvem um espírito público, levando à formação de uma comunidade cívica, marcada pela participação ativa, não apenas em canais formais, sendo esta capaz de melhorar a eficácia institucional. A possibilidade de participação faz parte da natureza das democracias, e pode ocorrer a partir de uma multiplicidade de ações, tanto convencionais quanto não convencionais, operando em conjunto, as quais podem atuar como formas de identificação coletiva e articulação de interesses (BLANCO, 1995; BARNES e KAASE, 1979).

Temos presenciado um padrão de afastamento entre sociedade e política, acompanhado pela falta de legitimidade de instituições políticas tradicionais, devido ao descontentamento e insatisfação dos cidadãos com a política e a democracia, visto que os indivíduos não veem suas demandas serem atendidas e, assim, não se sentem devidamente representados (BIANCHI, LEÓN e PERINI, 2017). Tal padrão está presente na América Latina, e nele se somam características como a existência de relações clientelistas (SELIGSON e BOOTH, 1976), além de problemas estruturais, de desigualdade social, de práticas como a corrupção e condições socioeconômicas que dificultam a resolução de conflitos por meio da via democrática e institucional (BAQUERO, 2004 e 2013).

Partindo deste contexto, esta pesquisa tomou como objetos de estudo o Brasil e a Colômbia, os quais possuem características semelhantes no que concerne a cultura política, o capital social e a participação política, porém são países com peculiaridades relacionadas aos seus contextos históricos e formação de cultura política. Assim, o presente trabalho partiu do objetivo de compreender como a cultura política e o capital social, no Brasil e na Colômbia, se relacionam com a participação dos cidadãos em ambos os países, partindo da hipótese geral

de que os dois países apresentam uma cultura política apática com baixo capital social e, mesmo acreditando na democracia, isso se reflete em baixos níveis de participação política.

Para chegar aos resultados, primeiramente, foram identificados os principais elementos que compõem a cultura política de cada país. Em relação ao Brasil, a colonização portuguesa inseriu no país a iniciativa privada e particular, que inibiu a formação de uma esfera pública e acabou assumindo seu papel, de modo que o poder público era muito restrito, resultando em uma estrutura social baseada em relações personalistas e paternalistas, que, posteriormente, levaram ao coronelismo e ao mandonismo, impedindo a formação de uma sociedade política e de cidadania (HOLANDA, 1995; FAORO, 2001; CARVALHO, 2002; IGLÉSIAS, 2006, LEAL, 1993). Mesmo com a gradual aquisição de direitos por parte dos cidadãos, estes foram supridos em diversos momentos, visto que o país passou por um longo período de alternância entre regimes democráticos e ditaduras (CARVALHO, 2002), impossibilitando a continuidade do desenvolvimento de uma sociedade civil ativa, e após a Constituição Cidadã, de 1988, que garantiu direitos dos cidadãos (CARVALHO, 2002) e criou novos espaços de participação política (ROCHA, 2008), vêm se buscando espaços dentro da esfera institucional (TATAGIBA, 2011). Em contraponto, a Colômbia partiu da colonização espanhola, a qual exportou estruturas análogas às suas para a América, utilizando-se da Igreja Católica como método de colonização, a qual tinha um papel central e competia até mesmo com o Estado (RUIZ, 1976). Com a independência se inicia a dicotomia de pensamentos entre liberais e conservadores e, juntamente com a desigualdade social e a pouca integração entre as regiões, deixava a maior parte da população excluída da participação ativa na política (JARAMILLO URIBE, 1916; LAROSA e MEJÍA, 2011; BUSHNELL, 2004). A Igreja continuou tendo forte papel na regulação da vida coletiva e na educação durante grande parte do século XX, e a rivalidade partidarista conduziu à violência política, sendo a intolerância política e religiosa foi recorrente, resultando, primeiramente, na desarticulação de movimentos sociais e, posteriormente, na ascensão de grupos que se organizaram fora da estrutura bipartidária (LA ROCHE, 1993; LAROSA e MEJÍA, 2011; BUSHNELL, 2004). Assim, a falta de espaços, sociais e políticos, resultou em exclusão, desigualdade, pobreza e violência e, centralmente, em guerras (BARRERA, 2016).

A partir da reconstrução histórica, observa-se, no Brasil, uma cultura política híbrida, pois apesar do discurso que favorece os aspectos formais da democracia, as instituições

políticas carecem de legitimidade e credibilidade, visto a desconfiança em relação às instituições e a insatisfação com a democracia, pois o sistema político não atende às expectativas dos cidadãos, que acabam não vendo a representação e a participação como canais efetivos de mudança social. Além disso, tem havido uma indicação de ausência de capital social e com a desigualdade de oportunidades e a exclusão social, gera atitudes negativas e ceticismo político por parte dos brasileiros (BAQUERO, 2004 e 2008; MOISÉS, 2008). No caso da Colômbia, a cultura política é tradicionalmente marcada pela intolerância e pela violência, com uma exclusão de setores fora do arranjo bipartidário da esfera política (LA ROCHE, 1993; RUIZ, 2013), marcada, centralmente, pela dicotomia de pensamento, pela intervenção religiosa e pela baixa participação da sociedade, visto o baixo interesse em assuntos políticos, contando também com um baixo pertencimento a organizações e movimentos políticos (RUIZ, 2012 e 2013; ULLOA, 2015).

Em seguida, ao comparar características centrais da cultura política, capital social e participação política no Brasil e na Colômbia, e situa-los no contexto latino-americano, foi possível observar relações entre aspectos da cultura política e do capital social com os padrões de participação política de ambos os países. Os resultados mostram que o Brasil e a Colômbia apresentam certas diferenças em suas realidades, visto que enquanto os maiores problemas percebidos no país pelos brasileiros são a corrupção e a saúde, para os colombianos são o desemprego e a violência política e as guerrilhas, enquanto o problema central percebido a nível latino-americano é a segurança pública. No caso brasileiro, os dados confirmam que o sistema político não tem atendido às expectativas dos cidadãos (MOISÉS, 2008) e a corrupção é preocupante, pois diminui a confiança, tanto entre os indivíduos quanto em relação às instituições, afastando os cidadãos da esfera pública e diminuindo ações coletivas (POWER e TAYLOR, 2011). No caso colombiano, a violência sempre foi um grande problema, visto o passado de perseguições políticas e intolerância política e religiosa (LA ROCHE, 1993; LAROSA e MEJÍA, 2011). Entretanto, mesmo enfrentando alguns problemas específicos distintos, em aspectos da cultura política como a compreensão sobre a política, os dois países apresentam níveis baixos, e semelhantes, de entendimento da política, o que dificulta o engajamento dos cidadãos em assuntos políticos e públicos, dificultando a construção de uma sociedade cívica (BAQUERO, 2004). Tais achados são reforçados com os dados de confiança interpessoal que evidenciam níveis expressivamente baixos de confiança entre os indivíduos, sobretudo no Brasil. Visto que as relações de confiança e reciprocidade

embasam a ação coletiva (BAQUERO, 2004), esse quadro não propicia boas condições para o fomento de ações coletivas (PUTNAM, 1993).

Em relação à democracia, apesar de contar com apoio da maioria em ambos os países, ainda é possível encontrar uma parcela que aceitaria formas autoritárias de governo, mais no Brasil, com seu passado de interrupções da democracia (CARVALHO, 2002), do que na Colômbia, em que a democracia serviu como base para legitimar e estabilizar o sistema político (RUIZ, 2012 e 2013). Apesar do significativo apoio, a satisfação com a democracia apresenta níveis baixíssimos nos dois países, inclusive menores do que em nível latino-americano, porém, a peculiaridade deste ponto encontra-se no fato de que, enquanto no Brasil e na Colômbia a maioria está mais ou menos satisfeita com a democracia, na América Latina, a maioria encontra-se insatisfeita. No caso brasileiro, tais dados corroboram com a falta de legitimidade e credibilidade das instituições políticas, que não conseguem resolver os problemas sociais e atender às expectativas dos cidadãos (BAQUERO, 2008; LUCHMANN, 2007; MOISÉS, 2008), assim como na Colômbia, em que também há desconfiança nas instituições políticas (RUIZ, 2012), e a percepção de que as instituições não funcionam acaba impactando na satisfação (BAQUERO, 2013). Ao analisar a confiança institucional, percebe-se que as instituições diretamente relacionadas à política e ao governo contam com níveis profundamente baixos de confiança, sobretudo nos partidos políticos, confirmando a existência de uma crise de representação, tanto no Brasil, em que os partidos passam uma imagem negativa para os cidadãos que não se sentem efetivamente representados (BAQUERO, 2004; MOISÉS, 2008), quanto na Colômbia, em que há uma alta hostilidade partidária e pouca identificação com os partidos, que passam por uma crise de representação (LA ROCHE, 1993; RUIZ, 2012), países em que a Igreja ainda é a instituição que conta com maior confiança dos indivíduos. Como consequência, evidencia-se uma participação inexpressiva no trabalho para partidos políticos ou candidatos, atividade que a grande maioria de brasileiros e colombianos nunca realizou, assim como a de tentar persuadir outros a votar por um determinado partido ou candidato – que apresenta níveis levemente maiores, mas ainda baixos –, apesar de os partidos representarem um canal tradicional de participação política (BLANCO, 1995).

Com isso visto, confirma-se a hipótese geral deste trabalho de que no Brasil e na Colômbia encontra-se uma cultura política apática com baixo capital social, e, apesar da

crença da democracia, isso se reflete na baixa participação política. O voto ainda aparece como canal de participação mais popular em ambos os países, porém, apesar de predominar a percepção de que o voto é importante, foi evidenciada uma descrença em relação à sua efetividade, sobretudo na Colômbia, o que se relaciona com a descrença nas instituições políticas vista anteriormente. Apesar de uma parcela significativa perceber o protesto como um canal de participação importante, juntamente com o voto, em ambos os países, e especialmente no Brasil, a participação por via deste meio ainda é baixa, ainda que haja potencial entre os que poderiam realiza-los, e cai ainda mais quando os protestos não ocorrem de forma autorizada. Assim, percebe-se que o voto continua como o canal central de participação popular no Brasil e na Colômbia, e outras formas convencionais, quando ligadas às instituições políticas, perderam sua credibilidade devido à desconfiança em tais instituições e, refletindo a falta de confiança interpessoal e pela menor legitimidade popular das formas não convencionais, não há grande engajamento também nestes canais. A crença na democracia, igualmente, não resulta em maior participação, visto que contrasta com a expressiva insatisfação com a democracia e suas instituições representativas. Da mesma forma, foram corroboradas duas das hipóteses específicas, pois foi verificada que a crise de representação, no Brasil e na Colômbia, se dá acompanhada de apatia, desconfiança política e falta de capital social; assim como que a apatia política e a falta de capital social refletem em menores índices de participação política. Entretanto, quando se trata da democracia, após as observações realizadas, conclui-se que o problema central se situa na insatisfação e não na crença em relação à democracia, pois apesar de o apoio a democracia ser alto, os níveis de satisfação não acompanham, em ambos os países.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, Paul R.; INGLEHART, Ronald. Education, Security, and Postmaterialism: A Comment on Duch and Taylor's "Postmaterialism and the Economic Condition". **American Journal of Political Science**, v. 38, n. 3, p. 797-814, ago. 1994.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **La cultura cívica**: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones. Madrid: Euramerica, 1963.

ANDERSON, Perry. Crisis en Brasil. In: GENTILI, Pablo (Ed.). **Golpe en Brasil**: Genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, 2016. pp. 35-63.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BABBIE, Earl. **The basics of social research**. Belmont, EUA: Wadsworth, 2011.

BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, out. 2004.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

BAQUERO, Marcello. **Qual a democracia para a América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BARNES, Samuel; KAASE, Max. **Political action**: mass participation in five Western democracies. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1979.

BARRERA, Eduardo A. Rueda. **Cultura política para forjar la paz en Colombia**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BARRERA, Eduardo A. Rueda. Paz en Colombia: decolonización y cultura política. In: BARRERA, Eduardo A. Rueda; ALVARADO, Sara Victoria; GENTILI, Pablo (Eds.). **Paz en Colombia**: perspectivas, desafíos, opciones. Buenos Aires: CLACSO, 2016. pp. 45-50.

BIANCHI, Matías; LEÓN, Cristian; PERINI, Antonella. Transforming political participation in Latin America. **Open Democracy**, 5 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/mat-as-bianchi-cristian-le-n-antonella-perini/transforming-political-participation>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BLANCO, Marisa Revilla. Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático. In: BENEDICTO, Jorge; SOTELO, María Luz Morán Calvo (Coord.). **Sociedad y política**: temas de sociología política. Madrid: Editorial Alianza, 1995. p. 299-326.

BOURDIEU, Pierre. Capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. pp. 65-69.

BURCHARDT, Hans-Jürgen. The Latin American Paradox: Convergence of Political Participation and Social Exclusion. **Internationale Politik und Gesellschaft**, n. 3, p. 40-52, 2010.

BUSHNELL, David. **Colômbia**: una nación a pesar de sí misma: de los tiempos precolombinos a nuestros días. Bogotá: Colección Booket, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 108-143.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, pp. S95-S120, 1988.

DALTON, Russell. **Democracy's Dilemma**: The Widening Participation Gap and its Consequences. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. Political Culture and Value Change. In: DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens**. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

DANIGNO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

ESSER, Hartmut. The two meanings of social capital. In: CASTIGLIONE, Dario; VAN DETH, Jan W.; WOLLEB, Guglielmo. **The Handbook of social capital**. New York: Oxford University Press, 2008. pp. 22-48.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1985.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre: Representação e Elitização Política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 181-223, 2015.

FOR (Fellowship of Reconciliation); CCEEU (Coordinación Colombia-Europa-Estados Unidos). **"Falsos positivos" en Colombia y el papel de asistencia militar de Estados Unidos**, 2000-2010. Bogotá: Editorial Linotipia Bolívar, 2014.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 145-178, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcelo. A Política Comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 111-126, set.-dez. 2013.

HÄUBERER, Julia. **Social Capital Theory Towards a Methodological Foundation**. Berlin: Springer VS Research, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing values and political styles among western publics**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Ed. Verbená, 2009.

JARAMILLO URIBE, Jaime. **Los partidos políticos en la Nueva Granada**. In: Antología del pensamiento colombiano. 1916. Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/politica/pensa/pensa10.htm>>. Acesso em: 25 set. 2017.

KAASE, Max; MARSH, Alan. Political Action: a theoretical perspective. In: BARNES, Samuel; KAASE, Max. **Political action: mass participation in five Western democracies**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1979. p. 27-56.

KASAHARA, Yuri. Qual democracia? O uso de referenciais normativos em estudos comparados. **Coleção Direito Rio** – Textos para discussão, FGV, 2008.

LA NACIÓN. Un año de la firma del acuerdo final de paz con las Farc. **La Nación**, Neiva (Colômbia), 27 set. 2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.co/2017/09/27/ano-la-firma-del-acuerdo-final-paz-las-farc/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

LA ROCHE, Fábio López de. Tradiciones de cultura política en el siglo XX. In: RIVERA, Miguel E. C. (Coord.). **Modernidad y sociedad política en Colombia**. Bogotá: Ediciones Foro Nacional, 1993. pp. 94-160.

LAROSA, Michael J.; MEJÍA, Germán R. **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. Bogotá: Ministerio de Cultura, Pontificia Universidad Bolivariana, Universidad del Rosario, 2011.

LATINOBARÔMETRO. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1993.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. **Política & Sociedade**, n. 11, p. 183-197, out. 2007.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-44, fev. 2008.

MORALES, Cindy A. El ocaso del glifosato en la era del Plan Colombia. **El Tiempo**, 04 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16500586>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KLESNER, Joseph L. Social Capital and Political Participation in Latin America: Evidence from Argentina, Chile, Mexico, and Peru. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 2, p. 1-32, jun. 2007.

KREIN, José Dari. A estrutura social do Brasil anos 2000 e o mito da classe média. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, 2014.

MILBRATH, Lester. **Political Participation: How and Why people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally & Company, 1965.

MUNCK, Ronaldo. **Contemporary Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MUNCK, Ronaldo; SNYDER, Richard. Debating the Direction of Comparative Politics: An Analysis of Leading Journals. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 1, p. 5-31, jan. 2007.

NORRIS, Pippa. **Critical citizens: global support for democratic governance**. New York: Oxford University Press Inc., 1999.

PIRES, Roberto Rocha C. *et al.* Em Busca de uma Síntese: Ambições Comuns e Abordagens Diversificadas na Avaliação da Efetividade das Instituições Participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. pp. 347-362.

PYE, Lucian W. Political culture and political development. In: PYE, Lucian W.; VERBA, Sidney. **Political culture and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1965. pp. 3-26.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

POWER, Timothy J.; TAYLOR, Matthew M. **Corruption and democracy in Brazil**: the struggle for accountability. Notre Dame, EUA: University of Notre Dame, 2011.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work**: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**: the collapse and revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert. **Democracies in Flux**: the evolution of social capital in contemporary society. New York: Oxford University Press, 2002.

RIBEIRO, Ednaldo. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flávio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos (Coords.). **20 anos da constituição cidadã**: avaliação e desafio da seguridade social. Brasília: Anfip, 2008. pp. 131-148.

RUIZ, Jorge Eliécer. **La política cultural en Colombia**. Paris: Organización de las Naciones Unidas, 1976.

RUIZ, Juan David Cárdenas. Una aproximación a la cultura política colombiana desde el debate contemporáneo de la democracia. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, v. 42, n. 117, 2012.

RUIZ, Juan David Cárdenas. **Caracterización del comportamiento electoral colombiano desde una perspectiva multidimensional**. Universidad de la Sabana, 2013.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SANI, Giacomo. Verbete participação política. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 888-890.

SAYER, Andrew. **Method in Social Science: a realist approach**. London: Routledge, 1992.

SELIGSON, Mitchell A.; BOOTH, John A. Political Participation in Latin America: an Agenda for Research. **Latin American Research Review**, v. XI, n. 3, p. 95-119, 1976.

SILVA, Rodrigo. Hace 50 años la mujer votó por primera vez en Colombia. **Caracol Radio**, Medellín, 01 dez. 2007. Disponível em: <http://caracol.com.co/radio/2007/12/01/entretenimiento/1196526720_514409.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

TATAGIBA, Luciana Ferreira. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. pp. 171-185.

TÉLAM. Los acuerdos de paz entre el Gobierno y las FARC. **Télam**, Agencia Nacional de Noticias, Buenos Aires, 31 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/notas/201708/199566-los-acuerdos-de-paz-entre-el-gobierno-y-las-farc.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ULLOA, Viviana Patarroyo. Entre la cultura política y el comportamiento electoral. Colombia: un país de conflictos y de límites a la participación política y al desarrollo ciudadano. In: **VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Lima, 22-24 jul. 2015.

VAN DETH, Jan. **What is Political Participation?** Oxford Research Encyclopedia of Politics, Oxford University Press, 2016.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-On. **Participation and political equality: A Seven-nation comparison.** Chicago/London: The University of Chicago Press, 1978.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

WELZEL, Christian; ALVAREZ, Alejandro Moreno. Enlightening People: The Spark of Emancipative Values. In: DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian. **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.